



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 38^a Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 15^a Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, 5^a Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e 39^a Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 60, de 2011-CRA, aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 4, de 2011; Requerimento nº 17, de 2011; e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), com a presença de vários convidados, representantes do Parlamento Amazônico.

Senhoras e senhores, a importância da consulta popular é ouvir os diversos setores da sociedade nas audiências realizadas pela CRA.

Ao início dos debates com relação à reforma do Código Florestal Brasileiro, nós realizamos as audiências públicas somente na Comissão de Agricultura. Depois, nós convidamos a Comissão de Meio Ambiente, para que façamos as audiências sempre em conjunto, para que nós possamos ouvir toda a sociedade brasileira, ou todas aquelas pessoas que queiram dar a sua opinião, a sua sugestão e contribuir para que o nosso trabalho, o trabalho dos nossos relatores – Relator na Comissão de Agricultura, Luiz Henrique – possam ter a tranquilidade para fazer um trabalho positivo com relação à reforma do Código Florestal brasileiro.

Já foram realizadas audiências em Esteio, no Rio Grande do Sul; em Curitiba, no Paraná; em Chapecó, em Santa Catarina; e em Ji-Paraná e Vilhena, no Estado de Rondônia. Nesta semana, estivemos na Fiesp, em São Paulo, debatendo o Código Florestal.

Em Vilhena, diante de um auditório lotado, estivemos presentes com o Senador Reditario Cassol e apresentamos um depoimento gravado em vídeo pelo Senador Luiz Henrique. Encontramos uma plateia muito preocupada em obter mais informações sobre a tramitação do projeto de lei do Código Florestal brasileiro, em saber qual o impacto do mesmo em suas atividades produtivas e querendo manifestar a sua opinião.

A grande preocupação com relação à reforma do Código Florestal é, a nosso ver, a questão amazônica, a Região Amazônica. Nós todos sabemos que 60% da área territorial brasileira são constituídos pela Floresta Amazônica.

Nós entendemos que uma lei única para gerir ou para administrar toda a Floresta Amazônica é um contrassenso. Nós entendemos que temos de cuidar e tratar da Amazônia com as diferentes peculiaridades de cada região. Os



Estados têm as suas diferenças de migração, de formação de floresta, as suas bacias hidrográficas têm uma diferença muito grande, ou seja, Rondônia é diferente de Mato Grosso, que é diferente de Roraima, que é diferente do Acre, que não é igual ao Amazonas, e que não é igual a Roraima também.

Portanto, nós temos de estudar todas as necessidades dessas regiões.

Essa foi a discussão que nós tivemos em Vilhena e essa também foi a discussão que nós tivemos na Fiesp, em São Paulo, porque muitas pessoas aqui da região Sul e da Centro-Oeste imaginam o seguinte: "Vamos resolver o nosso problema, vamos deixar como está aqui, na região Sul, e a Amazônia que fique em pé. A Amazônia pode ficar intocada." Não é bem assim. Nós temos regiões da Amazônia que podem ser exploradas sem ter que haver desmatamento. Temos regiões na Amazônia que não podem ser mexidas; são intocadas; são regiões que, se forem derrubadas, com certeza, vão virar um deserto. Temos regiões que são muito alagadas na época das chuvas. Essas regiões também não podem ser mexidas. Não poderá haver a transformação de reserva em áreas produtivas, porque jamais serão produtivas. Portanto, a nossa Amazônia é muito grande.

Eu dizia para colegas, nesta semana, que o Brasil ainda tem de conhecer a Amazônia. O Brasil não conhece o potencial e as diversidades que temos na Amazônia: potencial de produção agrícola, produção de produção do extrativismo e, o que é principal, o potencial do ecoturismo na Amazônia. O mundo inteiro fala da Amazônia, mas não conhece a Amazônia. O próprio brasileiro fala da Amazônia, mas não conhece. Não se conhece, porque não se tem infraestrutura turística para recepcionar as pessoas que querem conhecer a Amazônia. O mundo quer conhecer a nossa Amazônia. Portanto, precisamos conduzir a situação, nos próximos anos, para que a Amazônia tenha uma infraestrutura que possa recepcionar os turistas, como temos na Amazônia da Venezuela, na Amazônia do Peru, países vizinhos que já têm essa infraestrutura que recepciona turistas americanos e europeus que querem conhecer a Amazônia, sem destruir a floresta. Muito pelo contrário. Nós, amazônidas, sabemos muito bem a importância que a Amazônia tem para nós. É evidente que a Amazônia é importante para o Brasil e para o Planeta, mas ela é importante para nós, que moramos na Amazônia. Portanto, não queremos destruir a floresta amazônica. Pelo contrário. Queremos preservar as nossas florestas e, acima de tudo, queremos preservar as pessoas que moram lá, as pessoas que deixaram as suas áreas, as suas famílias nos anos 70, nos anos 80 e foram desbravar a Amazônia.

Tivemos um depoimento, Senador Blairo Maggi, de uma pessoa, em Vilhena, que contou a sua história. No final da década de 70, ele saiu do sul do País, foi para Vilhena e entrou mato adentro com cacaio nas costas – as pessoas não sabem o que é cacaio, mas cacaio é uma mochila – que, contando



ele, pesava em torno de 40 quilos, com mantimentos mais a foice e tal. Ele entrou mato adentro, andando 40, 50, 60, 80 até 100 quilômetros a pé, para conseguir chegar ao seu lote e fazer aquele clarão, para construir o seu barraco e, posteriormente, a sua casa, levar a sua família e tornar aquela área produtiva, enfrentando malária, febre, as adversidades da região amazônica, chuva, sol e tudo mais. Hoje, ele não pode mais atuar, não pode mais produzir, porque a lei diz que ele pode produzir somente em 20% da sua área. É uma situação bastante complicada.

Precisamos e estamos debatendo esse assunto junto com os demais Senadores e os nossos relatores, para que possamos ajudar essas famílias. Essas famílias...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rolemberg, e o Senador Jayme Campos, que está na bancada comigo.

O que V. Ex^a está colocando é a realidade do que nós vivíamos e vivemos na Amazônia. Quando falo vivíamos, refere-se à questão da ocupação. As pessoas, desde a época da borracha, foram incentivadas a ir para aquela região. Obviamente, na época, tinha-se permissão para se ocupar 50% dos terrenos naquela região...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, desculpe-me, Senador, mas a permissão era de 75%. Até 1973.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, vou corrigir aqui: 75%. Mas, quando a grande ocupação do Estado de Rondônia chegou, as pessoas foram para lá com uma designação de poderem abrir aquela região. A grande maioria dos brasileiros já ouviu isso. Quer dizer, tínhamos que integrar a Amazônia para não entregá-la aos interesses internacionais. Lembro-me de que, da região de onde eu vim, de onde V. Ex^a veio, da região oeste do Paraná, milhares e milhares de pessoas foram para aquela região. Para muitos deu certo, e muitos erraram na sua ida e acabaram voltando ou perdendo a sua vida ou a sua juventude no meio da floresta.

Então, na lei da ocupação da época e na lei de hoje, há uma diferença bastante grande. E o que temos debatido aqui, nesta Comissão, na questão do Código Florestal, é para que a sociedade brasileira entenda que não podemos retirar o direito adquirido daquelas pessoas que foram para lá na década de 70 e na década de 80.

Em nenhum momento, nesta Comissão, nenhum dos Senadores, nem da Amazônia, nem de outra região, trouxe qualquer notícia, qualquer comentário sobre a possibilidade de sairmos dos atuais 20% permitidos para



voltarmos aos 50%. Pode ser que ainda apareça, agora, nas emendas que vão ser apresentadas, mas, nas discussões que fizemos aqui, nenhum dos Senadores da Amazônia ou de outros Estados, pelo que vi até agora, qualquer manifestação nesse sentido.

Portanto, quando fizemos aqui a defesa de que temos que preservar o meio ambiente, também temos que preservar o homem no meio ambiente. Para mim, em primeiro lugar, está o homem. Então, quando tenho defendido que as coisas devem ser legalizadas a partir da lei em que ele foi estimulado para ocupar o seu terreno, quer seja em Rondônia, em Mato Grosso, no Amazonas, no Acre, no Amapá, no Pará, no Tocantins, em qualquer um dos Estados que estão aí colocados dentro da Amazônia, essa é a defesa, e a defesa dos pequenos agricultores, principalmente, daqueles que vivem nas margens dos rios, daqueles que estão ali há dezenas de anos vivendo em harmonia com o meio ambiente, porque não creio, não acredito e não vejo que uma pessoa que tem uma casa pequena ou, muitas vezes, um rancho, vive na beira do rio, vive da pesca, vive da agricultura de subsistência esteja fazendo qualquer agressão ao meio ambiente. Ela está em harmonia com o meio ambiente.

E essas coisas, às vezes, percebemos aqui, nas nossas comissões, não tanto dos Parlamentares, dos Senadores, mas muito mais daqueles que vêm a esta Comissão para falar, principalmente daqueles que vivem nas cidades, não têm o conhecimento da prática do que é viver na floresta, viver no campo, e conhecem pela teoria. Então, há uma diferença bastante grande.

Eu tenho feito essa defesa intransigente de que não podemos, pela lei que vamos votar, fazer uma mudança radical na vida de milhares e milhares de pessoas que vivem no interior deste Brasil. É isto que temos que respeitar, Sr. Presidente: dar a eles a oportunidade de lá permanecerem.

E faço uma analogia que já foi feita aqui, nestas comissões, e já a fazia antes de chegar ao Senado Federal. As cidades, Senador Rodrigo Rollemberg, também mudam as suas leis, também mudam o código de postura, também mudam e, em determinadas regiões das cidades, não se permite mais, a partir de um ano ou de uma data, conforme a lei municipal, construir prédios acima de seis ou 10 andares, por exemplo. Ou, às vezes, não pode nem construir prédio em determinada área. Agora, não vi ninguém, não vi um promotor público, não vi ninguém do Ministério Público ir lá e mandar derrubar um prédio que já havia sido construído no período antes da mudança da lei, quer seja ele de seis, 10, 12 andares. Não. Na cidade, é respeitado o direito adquirido do cidadão. Por que no campo não podemos também dar o direito adquirido com suor e trabalho da pessoa que vive lá?

Então, são esses pontos que estamos discutindo aqui, no Código Florestal. Estou fazendo aqui só um preâmbulo das nossas discussões de hoje,



já que não vamos receber aqui praticamente todos os Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil. Eles estarão aqui – já confirmaram as suas presenças –, e poderemos ouvi-los, eles que são aqueles que têm o direito e a obrigação da defesa do povo de cada Estado. Hoje vamos ouvir, tenho certeza, opiniões importantes sobre a questão ambiental.

Quero crer que as nossas discussões no Senado estão indo por um caminho tranquilo, correto; mas temos que diferenciar grande produtor de pequeno produtor; pequena propriedade de grande propriedade; cidades de interior; e, principalmente, como disse antes, o modo como as pessoas vivem, além de dar oportunidade àqueles que estão errados, que estão foram da legislação, de virem para dentro dela, obviamente atendendo a todos os quesitos e requisitos que a lei estabelecerá para que ele possa fazer isso.

Então, Sr. Presidente, quando o senhor traz o relato de Rondônia, eu digo que esse é o relato do Brasil, porque a Rondônia de 1970 é o Oeste do Paraná de 1950; é o Sul do Brasil; é o Rio Grande do Sul, Caxias do Sul da década de 30, de 20, quando da chegada dos italianos.

Então, não há condições de fazer o que muitos ambientalistas querem, ou seja, simplesmente fechar tudo isso e deixar, novamente, a vegetação, a natureza voltar a sua forma original. Para tanto, nós teríamos de ir embora daqui. Entregar o País. Chamar o Cabral e entregar o Brasil a ele, pra que ele possa entregá-lo para os índios, e buscarmos um novo lugar para ir. Como isso não é possível, temos de achar um jeito de conviver. E vamos encontrar, aqui no Senado, uma forma correta de fazer essa legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com relação às emendas, eu aproveito a oportunidade, Senador Blairo, Senador Jayme, Senador Moka, Senador Rodrigo, para pedir o apoio de V. Ex^{as}s.

Nós estamos estudando uma emenda no sentido de que nos Estados, Senador Moka, que tenham reservas acima de 50%, o Governo possa fazer as alterações de acordo o zoneamento ecológico e econômico de seus Estados, e não ficarem engessado em 80 por 20 ou em contrário, mas que o Senado possa ter a liberdade de fazer o zoneamento e colocá-lo em prática. Em algumas regiões de nosso Estado, podem-se desmatar 80%; em outras, não se pode desmatar nada. Cientificamente, isso pode ser comprovado através do zoneamento.

Então, essa emenda está sendo preparada e eu, antecipadamente, peço apoio dos meus pares, principalmente, aos da região Amazônica.

Neste momento, passo a palavra ao nosso colega Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, que tem feito um trabalho muito importante à frente da Comissão de Meio Ambiente e a tem conduzido de



uma forma muito exemplar, muito imparcial, com relação ao interesse da população brasileira.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão de Agricultura, cumprimentar o Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, que nos honra com sua presença, também o Deputado José Luis Schafer, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Gostaria de convidar V. Ex^a para compor também a nossa Mesa aqui. E cumprimentar, de forma muito especial, os nossos Senadores da Amazônia aqui presentes, Reditario Cassol, Jayme Campos, Blairo Maggi, Waldemir Moka.

Quero registrar aqui que, como representante do Distrito Federal, ou seja, o único Senador aqui presente que não é da região Amazônica, ...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma observação, Senador. Nossa sonho, o sonho de Mato Grosso do Sul é fazer parte da Amazônia, mas, lamentavelmente, não conseguimos. Mas me integro...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É verdade. Esse é o sonho de Mato Grosso. Desculpe-me.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu me integro aqui, em solidariedade ao Parlamento Amazônico.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero registrar aqui, Senador Moka, que nós, aqui, Senador Jayme Campos, como representantes do Distrito Federal, temos a representação de todos os Estados brasileiros, um pouco de toda a cultura brasileira, e temos muito orgulho disso, mas quero registrar, Senador Jayme, que a primeira militância política da minha vida foi no movimento de defesa da Amazônia. Enquanto o Senador Acir comentava aqui, eu me lembra disso, lá pelos idos de 1979, ainda com o Professor Cafu, que era o coordenador, aqui, do movimento de defesa da Amazônia.

Quero registrar também a minha expectativa muito positiva da importância desse debate, de ouvir aqui os representantes da população dos Estados que compõem a região amazônica, que convivem com os problemas de perto, e manifestar, mais uma vez, a minha confiança num bom resultado desse trabalho desenvolvido pelo Senado, pelo ambiente que está sendo construído. O Projeto já chegou à Comissão de Ciência e Tecnologia, há o compromisso do Relator, Senador Luiz Henrique, de adotar, de recepcionar, de agasalhar, como ele se referiu, algumas sugestões apresentadas pelo conjunto de Parlamentares no sentido de aperfeiçoar o nosso Código Florestal.

Entendo, Senador Blairo, acho que uma questão que já é consenso entre os Senadores, pelo menos não vi ninguém divergir desse entendimento, é que aquelas pessoas que ocuparam e que converteram parte



das suas propriedades para o uso antrópico dentro da lei da época, essas pessoas têm o seu direito garantido. Ninguém está querendo questionar isso, até porque, no meu entendimento, isso seria absolutamente constitucional. A pessoa cumpriu a legislação vigente à época e, portanto, não pode ser considerada da mesma forma que pessoas que, diante de uma legislação, fizeram uma ocupação diferente.

Tenho convicção... O Senador Luiz Henrique acolheu uma sugestão importante, trazida aqui na contribuição dada pelos juristas que participaram desse debate, especialmente o Ministro Herman Benjamin, de procurar separar o que é transitório do que é definitivo. Ou seja, separar no texto da lei aquilo que se refere à regularização de atividades consolidadas ao longo dos anos dos instrumentos previstos daqui para frente. Isso já foi um grande avanço e, sem dúvida, facilitará o entendimento.

Quero registrar que o Senado adotou uma postura, que acho absolutamente correta, de buscar, gradualmente, construir o entendimento. E nós temos agora a oportunidade de três Comissões, estamos fazendo esses debates conjuntos – este é mais um debate conjunto da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura –, e a ideia é ir construindo os aperfeiçoamentos do texto para, no momento em que entendermos que ele está pronto, que possamos votar nas três Comissões, simultânea ou separadamente.

Quero registrar que devemos fazer todo o esforço para construir o melhor texto possível ainda em meados de novembro. Acho que uma visão realista é que tenhamos condições de, em meados de novembro, fazer uma apreciação do texto final dos dois Relatores para que possamos encerrar a matéria ainda este ano. É claro que nós não podemos correr e adotar uma pressa que comprometa a qualidade do texto, mas eu tenho convicção de que, em função de todos os debates que estão sendo realizados, praticamente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura têm dedicado mais de dois terços de seu tempo a esse debate.

Tenho muita confiança de que, neste período – o mês de outubro será fundamental para isso –, nós vamos conseguir avançar e produzir os aperfeiçoamentos necessários para entregar uma legislação moderna ao Brasil, que dê tranquilidade, que dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas também que aponte para o futuro do País, que não pode abrir mão da sua imensa biodiversidade, de toda a sua riqueza ambiental.

Considero – e vou reiterar o que já disse outras vezes – que temos tudo para sermos uma grande potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia e também uma grande potência ambiental.

Portanto, tenho uma expectativa muito positiva em relação a este debate, em que teremos a oportunidade de ouvir vários Presidentes de Assembleias Legislativas dos Estados que compõem a região Amazônica.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Rodrigo Rollemberg.

Nós iniciaremos os nossos debates.

Agradeço a presença do Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, e do Deputado José Luis Schafer, nosso companheiro Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores e também Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Sejam muito bem-vindos!

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus, que é Presidente do Parlamento Amazônico e que hoje está nos dando a honra da sua presença em nossa Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

V. Ex^a tem quinze minutos para fazer suas colocações.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Quero agradecer a todos pela oportunidade.

Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar também o Deputado Luis Tchê, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Unale. Cumprimento os Senadores presentes, Senador Jayme Campos, Senador Blairo Maggi, Senador Waldemir Moka, Senador Reditário Cassol e Senador Rodrigo Rollemberg, que acaba de deixar o plenário. Cumprimento os colegas que já se encontram aqui, o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e Deputado José Ribamar, de Rondônia.

Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar um equívoco. Na nossa agenda, estava marcada esta reunião para as 14 horas. Infelizmente, talvez alguns colegas não cheguem neste período da manhã, mas ainda estamos esperando alguns colegas do Tocantins e do Amazonas, que já confirmaram e que devem se fazer presentes aqui a qualquer momento.

Agradeço o Senador Mozarildo Cavalcanti, do meu Estado, por meio de quem, garantimos a participação do Parlamento Amazônico, representando as Assembleias Legislativas da Amazônia e do Presidente Nacional da Unale, Deputado Luis Tchê.

Sr. Presidente, escrevi algumas palavras de que eu gostaria de fazer a leitura, para eu não me perder daquilo a que me propus a dizer.

Mais uma vez nos debruçamos sobre o tema Amazônia, sobre a Amazônia observada do ponto de vista de quem reside na Amazônia. Falamos de uma região com mais de 60% do território nacional, mais de 25 milhões de habitantes e mais de 805 Municípios.

Ações mirabolantes e reais, iniciativas mal-intencionadas e projetos apenas para sugar recursos públicos sempre existiram, mas iniciativas que visassem realmente o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de quem vive nela nunca foram colocadas em prática. Faltam iniciativas que busquem a integração regional e nacional, através do respeito



com a biodiversidade e com as populações nativas, incluindo os indígenas e ribeirinhos.

Precisamos traduzir a Amazônia para os próprios brasileiros, definir as várias Amazôncias existentes dentro da Amazônia, diferenciando legalmente os diversos biomas que compõem a região.

Lembro-me de que o Senador Waldemir Moka acaba de dizer que, antes, o Mato Grosso do Sul fazia parte da Amazônia legal. Agora, não sei, depois de...

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, nunca fez. Na limitação, nós ficamos fora, mas é uma questão geográfica.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – É uma questão geográfica apenas.

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É geográfica mesmo.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Mato Grosso do Sul faz parte da Amazônia, sem dúvida nenhuma. Embora haja a limitação geográfica, eu sei que está no coração de todos.

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sem dúvida! Nós, sul-mato-grossenses, temos o maior carinho e admiração pelos amazônicas.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador.

A partir desse ponto, o Governo Federal poderá ser mais flexível, quando tiver de ser, e mais duro, na mesma proporção. Em Roraima, por exemplo, grande parte da cobertura vegetal não é floresta amazônica, mesmo assim a legislação trata genericamente o tema, e assim ficamos impedidos de promover a cultura de cana-de-açúcar, dentre outras, em um ambiente em que não seria necessário desmatar uma árvore sequer.

Problemas semelhantes são enfrentados por outros Estados, como no Pará. Existe uma proposta do governo local em ampliar as áreas pretendidas pelo Governo Federal para preservação, desde que para outras áreas fossem aplicadas regras mais condizentes com a realidade, e, por incrível que pareça, essa proposta não prospera, devido à legislação e às dificuldades criadas por quem não conhece a região.

Precisamos de uma visão coletiva de desenvolvimento, focada no bem estar da população e na promoção da cidadania. Qualquer modelo econômico adotado pode minimizar os impactos sociais e ser capaz de contemplar várias Amazôncias que existem na região, incorporando essas diversidades, desde que seja sugerido e discutido pela sua sociedade. Precisamos de uma presença maior, mais efetiva e mais produtiva do poder público nas nossas fronteiras. O poder público tem que se integrar para prestar os serviços que a comunidade tem direito e para coibir crimes, como o contrabando e o tráfico de pessoas.



O cidadão da Amazônia, ao permanecer na condição de pobreza, tende a desgastar os recursos naturais para sobreviver, mas isso pode ser mudado com agregação de valor ao longo das cadeias de produção. Não se combate a pobreza na Amazônia sem desenvolvimento, mas, aqui, esse termo não é sinônimo de desenvolvimento, pois a Amazônia comporta outras modalidades de crescimento econômico. A sociedade amazônica clama por um conjunto de ações que podem ser resumidas de modo até simplificado, que a Amazônia não tenha apenas – apesar de também ser importante – uma função global, mas que seja vista como uma civilização diferenciada e que precisa se desenvolver de modo sustentável.

Precisamos de investimentos na educação, formação e capacitação do amazônida, para otimizar as potencialidades de seus recursos naturais, através de uma participação mais efetiva no desenvolvimento científico e tecnológico do País, buscando, por exemplo, metas defendidas pelas universidades da Amazônia de triplicar o número de doutores até 2020.

Precisamos manter e ampliar vias de transportes imprescindíveis para integração regional, seja na modalidade de transporte aéreo, rodoviário e, principalmente, o hidroviário. Essa última, que nunca foi explorada totalmente. O transporte por hidrovias geraria a criação de novas alternativas de escoamento da produção. Precisamos conciliar a construção de barragens e hidrelétricas com os cuidados necessários com a navegação interna. Não podemos empobrecer a vida aquática, reforçando apenas o modo rodoviário, multiplicando danos ambientais, mortes nas estradas e diminuindo a nossa capacidade de reter as riquezas, que criamos nos nossos vales. Isso será possível com a construção de hidrelétricas, com eclusas, para garantir a geração de energia e também o fluxo hidroviário.

Reiteramos aqui a necessidade de diminuir as desigualdades regionais, através de investimentos pesados do Governo Federal, e entendemos que o Fundo Especial oriundo dos recursos do pré-sal é uma boa alternativa, e não entendemos como parlamentares da Amazônia ainda se colocam contra essa ideia.

Clamamos pela conclusão de inicialmente essenciais para a região, como o projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, uma iniciativa do Governo Federal que ainda não deslanchou. Em Roraima, por exemplo, há três anos aprovamos, na Assembleia Legislativa, o nosso Zoneamento Econômico, e até hoje está engavetado no Conama.

Outro ponto que o Parlamento amazônico entende como crucial, para que a Amazônia possa, enfim, encontrar o caminho do desenvolvimento, é a aprovação do Código Florestal. Dias atrás, a CCJ do Senado aprovou o projeto de reforma do Código Florestal, foi acolhido o texto do Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, que já anunciou algumas alterações no texto aprovado na Câmara. Estamos ansiosos sobre qual texto será produzido



por esta Casa. Teremos um Código razoável com a realidade amazônica, ou deixaremos escapar, talvez, a única oportunidade que nos está sendo oferecida para que tenhamos uma legislação justa com a Amazônia?

Encerro minhas palavras convidando os brasileiros a conhecerem a Amazônia, pois, quando se conhece, fica mais fácil amar e defender.

E aqui, Sr. Presidente, para encerrar, fico feliz em ouvir aqui as palavras do Senador Blairo Maggi. Tive oportunidade de encontrá-lo há poucos dias em Mato Grosso, no encontro na Assembleia Legislativa, e fico feliz de ouvi-lo, porque ele certamente encabeçará essa emenda de voltar os 50% para legalização das terras na Amazônia.

Roraima, por exemplo, já é totalmente preservada, Sr. Presidente, Srs. Senadores. 60% das terras são dos índios, já está preservada. Então, por que não transformar esses 20% do Estado? Esses 20% de preservação seja do Estado, e aí temos em Roraima apenas 8% das terras para produzir. Desses 8%, ainda temos que tirar 20% dessa terra. Ou seja, temos cerca de seis milhões de hectares e, disso aí, ainda tem áreas alagadiças, áreas de montanhas, ou seja, menos de 8% das terras do Estado são para nós, e 18% ainda temos que produzir, em apenas 20% delas. Na realidade, muita gente legisla sobre o Brasil, sobre a Amazônia, e nem conhece a Amazônia. A Amazônia tem que ser tratada de forma diferenciada.

Louvo e aplaudo aqui a ideia do Senador Blairo Maggi; que essa emenda possa prosperar, que V. Ex^a seja um dos autores dessa emenda. A Amazônia vai aplaudir V. Ex^a, o Brasil certamente também, vai aplaudir o Congresso Nacional, porque precisamos, urgentemente, transformar o nosso País e fazer o Brasil produzir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias de Jesus. V. Ex^a tem toda razão. Esse é o momento único que temos para proteger nossa Amazônia, e o meio mais correto de protegê-la é proteger os amazônidas. São as pessoas que moram na Amazônia que irão cuidar das florestas da nossa Amazônia.

Saúdo o nosso Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia, que se faz presente junto conosco, seja bem-vindo a nossa audiência; Deputado Hélio Soares, do Maranhão, seja bem-vindo a nossa audiência; saúdo o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Passo a palavra a V. Ex^a para também fazer suas colocações com relação a nossa audiência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, inicialmente, quero pedir desculpas por ter chegado um pouquinho atrasado, porque, infelizmente, do Lago Norte para cá pegamos só três acidentes e, portanto, o engarrafamento foi muito grande.



Quero dizer da felicidade de se realizar esta reunião hoje, porque a Amazônia e a Faixa de Fronteira do Brasil, de norte a sul – Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia –, representa mais de 70% da área do território nacional e, coincidentemente, são áreas que têm mais dificuldades, mais limitações, até pela legislação federal, já que a Faixa de Fronteira é restritiva para uma série de atividades. É importante que encontremos, nessa votação do Código Florestal, uma forma que não seja como costumam ser as leis brasileiras, uniformes para todo o País, com tanta diversidade de localidades. A Amazônia mesmo não é um ecossistema só, o Deputado Mecias já disse. No nosso Estado, temos 60% de reservas indígenas e ecológicas; o resto, tirando as áreas alagadiças e as áreas institucionais do Exército e das Forças Armadas, para o Estado sobra alguma coisa em torno de 20% da área territorial, que é uma área boa. Inclusive, diferentemente do resto da Amazônia, grande parte do Estado é de lavrados, áreas que são um misto entre os pampas gaúchos e o cerrado do Centro-Oeste.

Então, nós temos de ter, realmente, uma legislação que seja realista, que leve em conta essas diversidades, até mesmo dentro da própria Amazônia.

Então, eu queria falar da minha satisfação por estarmos promovendo esta reunião, esta audiência, ouvindo o Presidente do Parlamento Amazônico, que, por coincidência é um Deputado Estadual do meu Estado.

Também vamos ouvir o Deputado José Luiz Scheffer, Presidente da Unale, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais, que, portanto, engloba todas as Assembleias, de todo o Brasil. É muito ruim que a gente legisle, aqui, sem ter, realmente, uma ausculta de quem está mais próximo do povo, lá, que são os Deputados Estaduais.

Então, eu quero registrar isso e deixar para o final que a gente possa acrescentar mais alguma coisa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Ana Amélia. Pela ordem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu e o Senador Mozarildo somos os requerentes desta audiência pública e tivemos o mesmo problema. Como a gente costuma chegar sempre em primeiro lugar, quando chega um pouco atrasado, já um colega reclama. Meu querido Blairo Maggi.

Pelo mesmo problema do Senador Mozarildo... E a gente vê quantos problemas logísticos temos numa cidade como a Capital da República para chegar até o trabalho. Três ou quatro acidentes e a coisa fica muito perturbada.

Eu queria, primeiro, dizer que foi muito oportuna a iniciativa do Senador Mozarildo, que eu tive o prazer de subscrever, também, junto com ele,



porque é preciso ter essa visão, que não é uma visão unânime dentro da própria Amazônia.

A oportunidade que esta audiência pública da CRA está promovendo mostra que, dentro da região, que tem uma área dedicada a parques nacionais, reservas indígenas, há outras áreas que são de preservação e que poderiam ter a aplicação de uma legislação de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, sem agredir o ambiente, perfeitamente compatível com os dados, certamente técnicos, que V. Ex^{as}s apresentaram aqui.

Eu queria dizer que, nesta bancada, não há nenhuma dúvida em relação aos pleitos que os representantes legislativos da Amazônia trouxeram. Também acho oportuno que vocês, e certamente já o fizeram, contatem o Senador Eduardo Braga, que é do Estado do Amazonas, e o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente, porque são matérias pertinentes, especificamente, à área.

O Senador Mozarildo disse uma coisa muito correta: o Brasil é muito grande, é um País continental, e não se pode aplicar uma regra geral para questões diferentes.

Eu tenho dito que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem mata nativa num percentual bastante significativo; há uma agricultura que faz curva de nível, que faz plantio direto na palha, como faz o Blairo Maggi no Mato Grosso – no Mato Grosso do Sul, também, muitos produtores estão aplicando essa tecnologia preservacionista –, uso de biotecnologia, uso de agricultura de alta precisão. Então, tudo isso tem de ser reconhecido e não pode ser colocado numa vala comum, sem se ver o esforço que fazem – como também, certamente, na Amazônia – muitos produtores.

A inviabilização da produção de arroz em Roraima é a prova disso, quer dizer, foram levados para lá, estimulados a ir para lá e, de uma hora para outra, a segurança jurídica é rachada, quebrada, e o agricultor tem de sair com uma mão na frente e outra atrás, depois de ter acreditado e investido naquela área.

O que sobrou para Roraima depois da decisão em relação a Raposa Serra do Sol?

Então, esses dilemas, fazem bem os legisladores da região de trazer ao conhecimento público, para que a sociedade brasileira entenda que não podem ser tratadas de maneira igual situações completamente diversas.

Cumprimento V. Ex^{as}s e lamento profundamente não ficar até o final, porque sou, também, requerente de um ciclo de avaliação da Copa do Mundo e também requerente da presença do Ministro Celso Amorim na CRE, Comissão de Relações Exteriores, que tem questões de fronteira muito sérias. Como sou requerente da presença dele aqui nesta Casa, eu preciso estar presente.



Então, agradeço, Presidente Acir Gurgacz, cumprimentando-o pela condução dos trabalhos e também ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Também peço a V. Ex^a o apoio à nossa causa, à nossa emenda, que diz basicamente que os Estados que já têm uma preservação natural de 50% ou mais possam colocar em prática o zoneamento ecológico e econômico dos seus Estados. Temos regiões em que podemos desmatar ou fazer a transformação de floresta para plantio na sua totalidade, mas temos regiões que, em contrário, não podem ser mexidas na sua totalidade. Isso só pode mapeado com o zoneamento. Peço o apoio a V. Ex^a para essa justa causa. É o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como o conheço bem, Senador Acir, o senhor pede sempre questões que são de interesse local. O senhor defende muito o seu Estado de Rondônia. Certamente, estou junto nessa emenda. Conte com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Luis Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores, Deputado do Acre.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Acir, do meu partido, o PDT, e parabenizar pelo brilhante trabalho que vem realizando. Nós nos encontramos em Curitiba, numa audiência pública, pois tínhamos uma reunião lá também da Unale. Eu queria cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti. Cumprimento o Deputado Mecias de Jesus, o Presidente do Parlamento Amazônico; o Senador Blairo Maggi, que se encontra aqui; o Senador Jayme Campos; o Senador Moka, de Mato Grosso; o Senador Cassol, o Senador Antonio Russo. Eu gostaria também de cumprimentar o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e o Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Quero dizer da felicidade de estar aqui, nesta comissão, para discutirmos um assunto, que é extremamente importante. Conversando um pouco com Mozarildo, falamos que talvez o Código Florestal não devesse se chamar Código Florestal, mas, sim, o Código do Solo, enfim. Isso poderia ser mudado, porque parece que é só a Amazônia que estamos discutindo. O Senador Blairo Maggi, na sua fala anterior, coloca que o Acre – eu represento o Acre – é diferente do Rio Grande do Sul, como a Paraíba é diferente de Roraima. Então, nessa questão do Código Florestal, defendo que deveríamos ter uma legislação estadual. Ter a legislação federal, sim, com a aprovação do



código federal, mas tínhamos de ter uma legislação estadual, porque o que estamos discutindo aqui vale para o Brasil todo.

Na realidade, quero fazer uma fala aqui direcionada muito ao meu Estado do Acre, com o qual convivo e no qual vivo, para demonstrar aos Srs. Senadores o preço da preservação que estamos pagando no Estado do Acre, haja vista que o Estado do Acre é um Estado novo da nossa federação, pois era um território, que precisa muito do apoio do Governo Federal.

No nosso Estado, 85% das nossas florestas são preservadas hoje. Temos praticamente 15% desmatados. Devido à falta de infraestrutura básica e à distância dos grandes centros de consumo, inviabilizou-se um processo de industrialização desse nosso Estado. Eu tenho aqui o Acre em Números, o último, o de 2011, uma edição feita pelo nosso Governo do Estado. Temos 45% do solo do nosso Estado propícios para produção agrícola, o que representam uma área hoje de 7,3 milhões de hectares. Eu vou comparar com o Estado de Mato Grosso, que atualmente tem 6,4 milhões de hectares com plantio de soja - eu vou fazer, Senador Blairo, a comparação com soja, pois vai ficar mais fácil; poderia ser eucalipto, poderia ser com milho, poderia ser com outro tipo de produção -, e também com o Estado do Paraná, que tem 4,6 milhões de hectares de plantio de soja. Aí, o Senador Blairo Maggi pode me auxiliar, porque, na realidade, estou fazendo uma comparação, Senador. O Acre tem 45% de área agricultável e, se comparar esses 45%, nós temos 7,3 milhões de hectares para produção agrícola. Comparando com Mato Grosso, que tem 6,4 milhões de hectares e o Paraná com 4,6 milhões de hectares. Se considerarmos apenas que 20% dessa área do Estado do Acre poderia ser agricultável, nós teríamos 1,4 milhão de hectares. Comparando com os Estados de Mato Grosso e Paraná, que produzem 3 toneladas de soja por hectare – se eu estou errado, o Senador pode me ajudar a corrigir –, nós teríamos hoje no Estado do Acre, 1,4 milhão com 3 toneladas por hectare, 4,380 milhões de toneladas de soja. Estou falando em soja porque é mais fácil, mas poderia falar de eucalipto ou outro tipo de produção. Pegando esse valor vezes a tonelada da soja de hoje, que é R\$900,00, nós temos R\$3.942.000,00/ano no Estado do Acre. Isso requer o nosso orçamento do Estado.

Eu trago esses números para nós analisarmos de que forma esses Estados mais pobres da região Norte – Roraima, Amapá, Acre – poderiam ser compensados por manter essa floresta em pé. Que tipo de compensação teriam esses Estados? Nós estamos discutindo e eu faço a comparação com o pré-sal, em que os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro estão discutindo a questão do pré-sal. Entendo e concordo com o Senador Blairo Maggi que não seria do Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, mas que seria sim da União. Mas a floresta é do Estado do Acre. E se a gente levar em consideração, pegando ainda os números do Acre, podemos constatar uma evolução da população do nosso Estado: em 1970, tínhamos 72% dessa população na área



rural e 28% na área urbana, com 215 mil habitantes. Hoje, o Acre tem 750 mil habitantes e temos 27% na área rural e 73% na área urbana. Como é que vai viver esse povo? Como é que nós vamos viver preservando 85% das nossas florestas? Nós somos a salvação do mundo, somos o pulmão do mundo, mas como é que nós vivemos? Onde está a nossa economia? O que nós vamos fazer?

Sem contar que se esse 1,4 milhão de hectares fosse desmatado para produção, calculando rapidamente em valores, o metro cúbico da madeira daria na faixa de R\$70,00 o metro cúbico. Isso daria em torno hoje de R\$7,4 bilhões. Aí sim eu diria que o nosso Estado poderia começar a se desenvolver. Temos uma saída para o Pacífico inaugurada agora. O que aquela estrada vai fazer? Será que o Acre vai ser um corredor de exportação só? Será que tudo vai passar por ali ou não vai passar?

A minha pergunta é esta: que tipo de compensação o Estado do Acre tem que está no nosso Código Florestal? Será que nós poderíamos ter uma compensação? Vamos trabalhar aqui talvez... aí poderiam me perguntar que tipo de compensação, Deputado, que nós poderíamos ter? Porque o Acre não pode ter uma zona franca, como foi feito em Manaus? Para compensar a floresta que nós preservamos, para gerar emprego e renda para o nosso povo tão sofrido daquele cantinho da Amazônia, do Brasil. Ah, mas a zona franca é difícil, não é problema. Nós somos vizinhos do Peru, Cusco fica a 300km. Talvez nós poderíamos pensar em incentivar o turismo para aquela região. Mas de que forma? Como foi feito em Lás Vegas, naquela oportunidade, em que foram instalados os cassinos? E hoje todo mundo está visitando!

Talvez, naquele cantinho do Brasil, o Acre, Roraima, Amapá poderiam ter liberado o jogo de cassino para gerar emprego e renda. Por que não podemos pensar, se vamos discutir o fundo de participação dos Estados, em um pré-sal? Por que não temos uma pré-mata ou talvez um FPE Verde para quem compensou?

Com toda tranquilidade, o povo do Acre hoje está sensível a isso e sabe que precisa preservar, mas nós sabemos também que precisamos dar o que comer ao nosso povo. O nosso maior PIB é o nosso funcionário público e nós não podemos admitir discutir o Código Florestal sem existir uma compensação para um Estado como o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Estou falando aqui dos Estados mais pobres, porque o Estado de Rondônia é um Estado muito mais desenvolvido, como é o Estado do Mato Grosso. E aí fica essa minha fala.

Eu gostaria também, Senador, de deixar uma sugestão na questão do Código e pedir a esta Comissão para fazermos antes dessa votação uma reunião com todos os deputados estaduais do Brasil. A Unale se encarregaria de fazer o mais rápido, marcar uma data. Porque, na reunião que nós tivemos em Curitiba, na última reunião, foi deliberado que fizéssemos uma reunião com a



Comissão, com pelo menos um deputado de cada Estado. Seriam 27 deputados estaduais participando. Mas tenho certeza de que aumenta o número, porque o interesse é muito grande para se discutir esse tema. Essa audiência, eu gostaria de, se fosse possível, antes de a gente ter essa votação... Também entendo que talvez ocorra que um pouco o quórum hoje depende muito. Nós estamos perto das eleições, os últimos dias das filiações partidárias. Isso tem movimentado muito também, inclusive lá no meu Estado.

Para encerrar, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Que os Senadores nos ajudassem nessa contribuição. Nós não queremos desmatar, a intenção nossa não é plantar soja, a intenção nossa não é plantar eucalipto, é realmente preservar, cuidar da nossa biodiversidade. Mas que os Senadores nos ajudem a encontrarmos uma saída para que o nosso Estado se desenvolva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos ao Luis Tchê, do Estado do Acre, Presidente da União Nacional dos Legisladores. E fica aceita a reunião da nossa parte com os Deputados. Assim que V. Ex^as quiserem fazer a reunião, é só marcar conosco. Nós estamos à disposição aqui em Brasília. Tenho certeza de que os demais Senadores também gostariam de participar, ouvir e dar suas opiniões e suas sugestões.

Antes de ouvir o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator, consulto o Deputado Ribamar Araújo, se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra para cumprimentar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para não aumentar a confusão, o Deputado Mecias fez referência aqui que vou apresentar uma emenda para voltar a 50%. Eu não vou fazer isso, Deputado. Eu estava fazendo um relato sobre a história da ocupação amazônica. Para daqui a pouco não tirar a emenda do Acir Gurgacz e não criar confusão, eu queria deixar clara minha posição a respeito desse assunto.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Senador Acir já me explicou, Senador Blairo Maggi. Nós contamos apenas com o apoio importante de V. Ex^a e dos demais Senadores para aprovação da emenda dele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, senador Blairo. Eu sei que V. Ex^a tem a preocupação grande no sentido de não querer a imagem de estar provocando o desmatamento da Amazônia, mas a nossa intenção também não é essa, provocar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para quem já ganhou motosserra de ouro, tem que tomar cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu entendo V. Ex^a. Mas, só para esclarecer também, a nossa intenção não é



provocar o desmatamento da Amazônia, em hipótese alguma, é preservar as pessoas que lá estão.

Eu passo a palavra, então, ao Ribamar. Senador Moka, só o nosso Deputado Ribamar de Rondônia, da Assembleia, que foi convidado. Só para fazer lhe um cumprimento.

Deputado Ribamar, V. Ex^a tem a palavra,
Obrigado, Senador Moka.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (PT – RO) – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente dos trabalhos, Senador pelo meu Estado, Senador Acir Gurgacz; da mesma forma, cumprimentar o Senador Mozarildo, de Roraima, fazendo parte da Mesa; cumprimentar o Tchê, Presidente da Unale; cumprimentar, da mesma forma, o Presidente do Parlamento Amazônico; colega, Deputado Mecias de Jesus; cumprimentar a imprensa e todos os presentes, os Senadores.

Eu queria, complementando a fala do Tchê, dizer que acredito, Tchê, que a maior compensação reivindicada pelo senhor neste momento para o Estado do Acre seria deixar o povo do Acre trabalhar. Acho que o Brasil é o único País do mundo que faz legislação impedindo o povo de trabalhar.

Sou do Estado de Rondônia, que, há 30 anos, era uma floresta intacta, não produzia nada, não representava nada para o PIB do Norte nem do Brasil, e hoje, somente 30 anos depois, encontra-se a agricultura e a pecuária, e não tem como produzir na terra sem alterar seu estado natural.

Somos, hoje, um dos Estados mais pujantes da Federação, contrariando tudo o que muitos ecologistas falam. O Estado de Rondônia, pelo seu desenvolvimento e, consequentemente, pelo bem-estar do seu povo, contraria muita teoria que, na prática, nunca deu certo.

Lamento profundamente não estar aqui, neste momento, o Senador Eduardo Braga. Quem ouve o discurso do Senador Eduardo Braga, principalmente quando ele era Governador, fica encantado. Só que a realidade é totalmente diferente do que ele fala. O Estado do Amazonas é um Estado rico, em termos de Norte – o maior PIB do Norte –, mas porque todos nós, brasileiros, contribuímos com a Zona Franca de Manaus. Eles podem se glorificar pelo fato de terem 98% do seu território preservado. Agora, tem 98%, mas o Estado do Amazonas é o maior Estado brasileiro, com mais de um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados. A maioria do seu povo vive na miséria. Só vive melhor o povo do centro de Manaus; o resto, o do interior, é todo na miséria. Todos sofrendo muito.

Ele fala e encanta as pessoas do mundo inteiro, mas a realidade é muito diferente. Quando ele dá uma declaração, como eu vi, dizendo que criou uma reserva para barrar o avanço da soja, ele prejudica, sem notar e sem querer, talvez, o Estado de Rondônia, que encontrou na agricultura e no desflorestamento, evidentemente, a base do seu desenvolvimento. Na teoria,



existem muitas formas de se desenvolver, mas, em Rondônia, a única forma que nós encontramos de desenvolver nosso Estado foi a floresta, substituída pela agricultura, pela pecuária e caminhando com certa celeridade agora para nossa industrialização.

Rondônia, repito, há 30 anos, era menor em termos de população, em termos de PIB, em termos de rebanho bovino; menor do que o Acre, menor do que Roraima e menor do que outros Estados. Hoje, Rondônia, 30 anos depois, supera esses Estados. O PIB de Rondônia é maior do que o PIB do Acre, de Roraima e do Amapá juntos – coincidentemente, talvez, os três Estados mais preservados.

Eu gostaria muito que o Senado Federal, nessa questão do Código Florestal, tivesse a mesma sensibilidade, a mesma sabedoria e o mesmo senso de brasiliade que teve a Câmara Federal.

Aqui, faço um cumprimento especial ao Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, o Deputado Aldo Rebelo, que foi de uma sabedoria imensa, sem ser ruralista e sem ser ambientalista, mas, acima de tudo, produzindo um código que atende, principalmente, os interesses do Brasil, e não os interesses de quem quer que seja lá fora ou os interesses de pequenos grupos aqui dentro do Brasil.

Esta é minha fala, Senador, apelando para que o Senado tenha sensibilidade e vote este Código Florestal, se possível, com pequenas modificações, para não atrasar mais e ter de voltar para a Câmara Federal.

A todos vocês, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Ribamar Araújo.

Consulto o Deputado Hélio Soares se gostaria de fazer os cumprimentos também, encerrando a participação dos nossos Deputados Estaduais e iniciando o debate com os demais Senadores presentes. (Pausa.)

Deputado Hélio Soares com a palavra.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Vou ser breve, mas tenho que fazer o registro, representando o nosso Presidente da Assembleia, Arnaldo Melo, sou o 1º Secretário daquela Casa, por várias vezes. Quero dividir a emoção com o meu companheiro. Não estou sentindo a mesma emoção dele ao falar com os Senadores do Estado dele, porque os nossos Senadores estão ausentes, mas eu tenho certeza de que, nas próximas reuniões, estarão aqui, até porque os Estados que compõem a Amazônia têm quase que as mesmas dificuldades com as características diferenciadas.

Vou resumir. Estamos em pleno século XXI e é inadmissível que nós, Parlamentares, nos preocupemos com as questões principais, mas esqueçamos de uma preocupação que temos que ter em primeiro lugar. Nós temos que cuidar, acima de tudo, do principal produto do meio, que é o homem. Se não nos preocuparmos em mudar a mentalidade, aperfeiçoarmos o espírito



de preservação que, creio eu, todos temos nas suas características e para o seu próprio desenvolvimento, em transformar a mentalidade de destruição para sustentabilidade, para criatividade; se não cuidarmos desse zoneamento econômico e ecológico, não preparamos a sociedade para uma transformação verdadeira em nosso País, não chegaremos a lugar nenhum. Isso é importante.

Parabenizo o Presidente da nossa Federação, da Unale, nosso amigo Tchê, e meu Presidente. Dirijo-me dessa maneira porque faço parte do Parlamento Amazônico e precisamos envolver os Senadores e Deputados Federais, com quem só temos contato na época das campanhas. Somos todos irmãos. Quando terminam as campanhas, a gente só se lembra quando tem a oportunidade de ir a um aniversário, ao casamento de um filho ou em uma posse inesperada por algum incidente. Essa integralização, essa união dos Parlamentares é importante, para que possamos discutir esses problemas fundamentais para a transformação do nosso País.

A Amazônia é o pulmão do nosso Brasil. Considero que todos os brasileiros são amazônidas. Então é importante uma discussão como essa. Inclusive sugiro ao Presidente da Unale que possamos participar de outras discussões, um Deputado Estadual, o Presidente da Assembleia, sei que os afazeres são muitos e a disponibilidade de tempo é muito pequena, mas que possamos participar de outras discussões na área da saúde, na área da educação. É inadmissível hoje, meu Presidente Mecias, que Estados mais ricos em reservas minerais, como o Pará e o Maranhão, cujos corredores de exportação são os melhores, ainda concentrem a maioria da população abaixo da linha da pobreza. Há um contraste nesse aspecto que precisamos discutir com mais sentimento e mais responsabilidade.

Era a minha participação.

Parabenizo o Presidente da Comissão por dar a abertura para que essa discussão verdadeiramente seja feita no Brasil inteiro com a participação dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, por sua participação e por sua presença conosco.

Com a palavra o Senador Moka, enquanto o Relator conclui a sua ligação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente Acir Gurgacz, eu entendo a preocupação dos Deputados Estaduais quanto à ausência de alguns Senadores que representam os Estados.

Eu começo por aí. Na Câmara dos Deputados, essa discussão do Código Florestal é antiga e sempre tem esta questão: é difícil defender essas posições, porque, do ponto de vista da opinião publicada, você, às vezes, é confundido e tomado por um grande devastador. Dizem que você quer acabar com a floresta, que você quer acabar com o meio ambiente. Mas será que há



alguma coisa mais lógica do que se fazer, como propõe o Presidente da Comissão, um zoneamento econômico e ecológico de cada um dos Estados? Vale dizer: você vai analisar o tipo de solo, a questão ambiental, e o zoneamento vai indicar o que se deve colocar ali, onde colocar e o quanto colocar. Isso é, realmente, ciência. O Código Florestal, em qualquer um dos Estados, a meu juízo, pode propiciar isso.

O Governador André Puccinelli era candidato e, como candidato, já encomendou um zoneamento econômico e ecológico, que foi votado na Assembleia Legislativa. No Mato Grosso do Sul, há aquela grande discussão: "Ah, vai colocar usina no pantanal!". Você vai dizer para um pantaneiro que se vai colocar usina lá? É claro que ninguém vai colocar usina lá. Mas há regiões que nada tem a ver com o pantanal em que a legislação proíbe isso do mesmo jeito. Essas coisas precisam ser mais bem discutidas.

Não sou da região, conheço muito pouco a região, mas acho que é exatamente isso. O que precisa aflorar – aí os Deputados Estaduais e as Câmaras Municipais têm um grande papel – é a mobilização da sociedade que lá vive, mostrando a realidade. Quando da discussão do Código, como Deputado Federal, nas audiências públicas, o Deputado Aldo e nós ouvimos muito sobre isso. Como é que se vai fazer? É bonito dizer que vamos preservar, que há 80% ou não sei quantos por cento. Mas há alguma compensação? Como é que fica a questão da população? Essa é uma questão importante.

Evidentemente, está aqui alguém que não tem profundidade para discutir esse assunto, nem quero fazê-lo. Mas acho que temos de ouvir as pessoas que lá moram, que lá vivem. Quero ouvi-las, quero aprender e conhecer aquela realidade.

Meu caro Presidente, a sua emenda, evidentemente, vai ser discutida. Mas, Senador Acir, temos de tomar cuidado, como disse o Senador Blairo, senão, daqui a pouco, vão pegar uma motosserra e entregá-la a V. Ex^a. Então, essa é a preocupação. Temos de dizer aqui que ninguém defende isso.

Uma coisa que me deixa revoltado é acusarem o produtor rural de ser o responsável por todas as mazelas ambientais do País. Isso não é verdade! Isso não corresponde à realidade. O pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, talvez, seja um dos biomas mais preservados do País. E lá, há mais de 250 anos, produz-se a proteína vermelha, com a chamada pecuária extensiva.

Então, essa é uma questão para a gente discutir. Graças a Deus, no Senado, esse debate tem sido equilibrado, tranquilo. Ainda ontem, participamos de uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Vieram aqui representantes das cooperativas e da agricultura familiar. As cooperativas agropecuárias, em sua grande maioria, são formadas por pequenos produtores principalmente do sul do País e também do Centro-Oeste. Essas cooperativas que aglutinam pequenos produtores rurais mostraram a necessidade de um



marco legal, de uma legislação juridicamente perfeita, que dê tranquilidade para que se possa produzir.

Quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti, por trazer esse debate aqui.

Finalizo, dizendo que o Acre conta aqui com duas forças poderosas: o Relator da Comissão de Meio Ambiente e o Líder do Governo no Senado. São duas forças políticas que, tenho certeza, vão ouvir aqui os Deputados Estaduais e os amazônicas. E está aqui um Senador que fez uma proposta e que está preocupado com a discussão que envolve mais a sua população, a sua gente, as pessoas que lá vivem.

Fico feliz porque, Presidente, aqui estamos ouvindo deputados estaduais, que vivem e convivem com a população desses Estados que formam a chamada Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Vice-Presidente desta Comissão Waldemir Moka.

Passo a palavra ao nosso relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz; Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira; senhores debatedores; Deputado Mecias, Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís, Presidente da Unale, que nos honram com sua presença; Presidente da Assembleia de Rondônia, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir escusas pelo meu pequeno atraso em chegar a esta reunião, mas é porque, sendo relator do Código Ambiental em três comissões, sou requisitado por pessoas, por entidades, por corporações, e hoje pela manhã, concedi duas audiências que me retardaram para chegar a esta Comissão. Por outro lado, quero pedir escusas também porque devo presidir, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores, a subcomissão que está tratando do inventário das Forças Armadas e a necessidade de seu reaparelhamento, com a presença do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Quero dizer a V. Ex^a, Presidente Mozaridlo, que o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana e o Senador Romero Jucá, que gostariam muito de estar nesta reunião, mantiveram contato comigo pedindo que justificasse a ausência de S. Ex^{as} por compromissos inadiáveis que assumiram, inclusive em relação a este assunto de que estamos tratando aqui.

Eu quero dizer aos presentes, principalmente aos ilustres convidados que vêm da Amazônia, que nós, o Senador Jorge Viana e eu, estamos tratando da condução desse processo de forma a produzir um consenso. Por isso, as Comissões de Agricultura, de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e até mesmo a de Justiça têm realizado exaustivas audiências que somam já mais de duas dezenas, ouvindo todos os setores, as corporações, as entidades mais importantes deste País, técnicos, juristas, engenheiros



florestais, porque o nosso objetivo é produzir uma lei que seja duradoura, que seja autoaplicável, que não transborde para o Judiciário e que garanta duas expressões que são tão íntimas que começam com a mesma letra: preservar e produzir. É preciso que uma não sufoque a outra, é preciso que uma não anule a outra, até por que a floresta e a lavoura são como irmãs siamesas, irmãs xifópagas, isquiópagas. São atividades que interdependem um da outra. A questão da Amazônia está sendo tratada com todo cuidado, assim como a questão do Pantanal, a questão da Serra do Mar, a questão dos Campos gerais, a questão do Litoral. Os cinco biomas definidos na Constituição estão tendo um tratamento muito criterioso, muito cuidadoso. A primeira conclusão a que chegamos é que cada um, pelas suas especificidades, terá de ter sua lei específica, como já tem a Serra do mar.

Por outro lado, temos a consciência de que a lei que estamos elaborando deverá estar absolutamente alinhada com a Constituição. O nosso ordenamento jurídico é baseado no princípio da hierarquia das leis. A Constituição é chamada de Carta Magna porque é a lei maior à qual todas as demais devem se submeter.

Ora, o que diz nossa Constituição cidadã?

Ela diz duas coisas muito importantes. Ela diz que em matéria ambiental, em todos os aspectos da matéria ambiental, à União cabe, exclusivamente, estabelecer normas gerais.

Como o País é uma Federação, ele tem de ter o ordenamento geral que valha para todo o território, mas o parágrafo primeiro, conectado com o *caput*, traz outra definição, a de que os Estados têm competência concorrente para legislar em matéria ambiental.

Qual seria a interpretação mais correta, qual seria a exegese mais perfeita do *caput* e dos parágrafos? É a de que, traçando a União as normas gerais, caberá a cada Estado estabelecer as normas complementares, as normas detalhadoras da sua realidade peculiar.

A Amazônia tem sido tratada ao longo dos anos como se fosse uma unidade territorial carregada de absoluta similaridade. Assim como nós temos em nosso País uma legislação, o ordenamento jurídico constitucional, que estabelece uma concentração de poderes na União como se o Brasil fosse um só Brasil e não tivesse suas peculiaridades, em relação a meio ambiente, nós constituintes, Senador Mozarildo, andamos bem porque caminhamos no sentido da descentralização.

Eu creio que essas especificidades amazônicas terão de ser definidas posteriormente em normas complementares, meu Presidente, pelas Assembleias Estaduais de cada Estado. Elas que estão próximas dos problemas têm melhores condições de defini-las.

Acho que assim, com uma lei geral nacional meio-ambiental, com uma lei geral nacional para o complexo amazônico e as normas complementares



estatuídas por cada Assembleia, vamos obter um resultado extraordinário: uma política meio-ambiental que seja fiel a essa dicotomia, que não é dicotômica, que é integradora, de preservar e produzir.

Sr. Presidente, peço desculpas, mas temos de abrir a reunião aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Luiz Henrique, que é um dos relatores do Código Florestal. Foi muito importante a explanação de o que se busca, realmente, tanto com o Senador Luiz Henrique, como com o Senador Jorge Viana, com essas audiências sucessivas, é o que ele falou: um consenso que tenha legitimidade jurídica, mas que tenha também aplicabilidade.

Quero conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos e em seguida... (Pausa.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por favor, antiguidade é posto. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Estaduais, a quem recebo com atenção e respeito nesta Casa da Federação.

Nós estamos num momento de quase chegarmos à decisão a respeito desse novo Código Florestal.

O Relator, o Senador Luiz Henrique, vem fazendo um trabalho na busca de um consenso. Vejo que esse debate veio da Câmara dos Deputados de uma forma esgarçada e o Senado da República tem esta função, até em razão da quantidade de membros por Estado que representam a Federação aqui, de acabar com essa distensão. Penso que está seja uma das funções do Senado da República.

Muito bem! O Senador Luiz Henrique fez referências à Constituição.

A nossa Constituição estabelece a preservação ambiental como direito fundamental do cidadão, o meio-ambiente ecologicamente equilibrado, como direito fundamental do cidadão. Agora, a mesma Constituição estabelece que vivemos numa sociedade que adota a iniciativa privada. A produção é importante não só para o produtor, mas para a República Federativa do Brasil, para a região, para o Estado e para aquela localidade, porque a produção faz desenvolver o homem e também faz desenvolver a sua região.

A nossa função nesta Casa será afastar o fundamentalismo de ambos os lados. A nossa função nesta Casa será encontrar esse ponto de ponderação de que a Constituição nos dá notícia. Nós não podemos nos esquecer, como bem disse o Relator, que o nosso sistema legal estabelece a Constituição como uma norma que esteja acima das demais normas.



Esse Código Florestal deve buscar a preservação e deve buscar também a produção. Para isso, temos de encontrar o que se denomina na ciência jurídica de segurança jurídica. Essa segurança jurídica significa nada mais, Senador Jayme Campos, do que a tranquilidade: conhecer as regras do jogo antes que jogo se inicie. A Constituição estabelece um mecanismo de divisão de competência legislativa entre os entes federados. No art. 24, como bem disse o Sr. Relator, ela prega que a União estabeleça normas gerais. Essas normas gerais não podem de forma alguma, em razão da característica da própria formação da nossa Federação, essas normas gerais não podem de forma alguma, repito, ser inviabilizadas, desrespeitadas e violadas pelas normas estaduais.

Senador Mozarildo, a história da nossa Federação, da formação da nossa Federação, é a causa da manutenção da unidade do nosso território. Não podemos comparar a nossa Federação com a Federação americana, pois, esta dá aos Estados membros, às unidades federadas maior poder no momento da criação legislativa, diferentemente do que ocorre aqui, na República Federativa do Brasil. Esse ponto do art. 24 da Constituição, penso, é o mais importante do debate que deva ser feito aqui, nesta Casa.

É lógico que um dos princípios do direito brasileiro é a isonomia. Isso não significa, Senador Jayme Campos, que tenhamos que tratar todos de forma igualitária. Vamos trazer isso para a questão ambiental.

Vivemos num Estado continental, isso é quase um chavão falar, que possui vários biomas, vários ecossistemas. Como podemos tratar o cerrado igual ao pantanal? Como podemos tratar o Pantanal igual ao Araguaia? Como podemos tratar o Pantanal, o Cerrado, o Araguaia igual à área de transição do Cerrado e a Floresta Amazônica? Percebam que só fiz referência aos biomas, aos ecossistemas do Estado de Mato Grosso, Estado que representamos com muito orgulho. Como podemos tratar esses biomas de forma diferente? O ideal seria que o Código Florestal estabelecesse normas gerais também para esses biomas que são diferentes.

Penso que, hoje, de acordo com a nossa Constituição, não caiba aos Estados membros legislar sobre esses aspectos, mesmo em se tratando de biomas que são específicos das unidades federadas.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido isso de forma reiterada, e a principal decisão, que ainda não ocorreu, trata do Código Florestal de Santa Catarina, porque existe uma ação direta de constitucionalidade decidindo a respeito da competência dos Estados membros para legislar sobre esse aspecto do que seria a legislação concorrente e legislação suplementar.

Portanto, esse debate deve ser feito aqui, e nós, lá, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos um acordo com o Sr. Relator, no sentido de que esses debates também seriam trazidos para as Comissões de mérito de Meio Ambiente e Agricultura.



Senador Jayme, não podemos desprezar o setor produtivo, que deve ser respeitado e orgulhar a sociedade brasileira. Isso é fato! Não podemos deixar de entender que a Constituição da República garante, no art. 170 da Ordem Econômica, a possibilidade de produzir para que possamos, inclusive, afastar a nossa dependência de outros Estados, aqui, Estados no sentido de países. Isso significa soberania alimentar, segurança alimentar. Isso é fato!

Então, neste debate, encerro a minha fala, dizendo que o Senado tem esta grande responsabilidade: afastar o fundamentalismo de ambos os lados e buscar um Código que seja bom para brasileiros. Esse Código só pode ser bom para brasileiros se respeitar a Constituição dos brasileiros, a não ser que tenhamos que rasgar a Constituição da República ou criar outra Constituição, como alguns já estão a defender. Defendo a manutenção desta Constituição. Defendo que esta Constituição deve ser respeitada. Defendo modificações nesta Constituição, se existir essa necessidade. Um Estado que não respeita a sua Constituição não pode ser chamado de Estado, é um agrupamento de pessoas que não pode ser tido como um Estado.

Parabenizo V. Ex^a, Senador Mozarildo, que é um entusiasta deste debate sobre o pacto federativo no Brasil. Aos Deputados Estaduais, quero expressar o meu respeito, porque conheço o trabalho desempenhado por eles. Eles estão lá na base recebendo os anseios da sociedade; nós estamos aqui, em Brasília, voltamos só no final de semana. Parabéns pelo trabalho que V. Ex^as desenvolvem nos Estados! Os Senadores do Estado de Mato Grosso se fazem presentes nesta audiência, porque entendemos que é importante para o pacto federativo e, sobretudo, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

Quero dizer que o Senador Pedro Taques vai ser muito importante nesse trabalho. Ele é um constitucionalista e um homem que evidentemente tem, como ele disse, uma missão importante. Aliás, nós todos queremos isto: eliminar os fundamentalismos e realmente buscar uma lei que possa ser, como eu falo, duradoura, mas, sobretudo, humana. Que a gente possa, de fato, permitir que os seres humanos dessas regiões possam produzir, viver bem e contribuir para o desenvolvimento do País.

Quero registrar aqui a presença, neste momento, no plenário desta Comissão, do Deputado Freire Júnior, do Estado do Tocantins, que nos honra muito com a sua presença.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, que já está inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, meu caro e prezado amigo Senador Mozarildo Cavalcanti; meu caro Deputado Mecias de Jesus, que representa o Parlamento Amazônico; meu caro Deputado José Luís, que representa a Unale; prezado e valoroso Senador Pedro Taques;



demais Deputados; representantes dos Estados; Senador Cassol; meus senhores e minhas senhoras, eu serei muito rápido e objetivo na minha fala aqui, na minha intervenção.

Já ouvi, naturalmente, não só o Mecias, mas também outros Senadores que por aqui passaram, alguns Deputados. Todavia, se me permitisse, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma pequena reflexão em relação às palavras que o Senador Blairo disse aqui anteriormente.

Na verdade, eu posso aqui dizer, em alto e bom som, porque eu sou da Região Amazônia do Brasil, que a sensação que eu tenho é de que se criou um dogma em relação a todos nós, dando a entender que somos menos importantes do que um pássaro selvagem. O Blairo defendia a tese de que as pessoas que foram para essa vasta região do Brasil, nas décadas de 70 e de 80, por indução do próprio Governo Federal, não estão tendo o tratamento que merecem.

Recordo muito bem que, no primeiro conflito, Senador Pedro Taques, que houve lá no Estado do Rio Grande do Sul, em Ronda Alta, o Governo Federal transferiu algumas centenas de famílias, implantando-as ao longo da abertura da BR-163, lá na cidade de Terra Nova do Norte. Trata-se de um projeto do Governo Federal que levou essas pessoas para lá. Não satisfeito, outras cidades foram criadas pelo Governo Federal, dentre elas a cidade de Lucas do Rio Verde, uma cidade promissora, que foi um assentamento do antigo Incra na década de 70.

Feito isso, o que ocorre hoje? Nós vivemos numa insegurança jurídica nunca vista na história republicana deste País. O Brasil, hoje, tem mais de trezentos e tantos decretos, resoluções, portarias em relação ao Código Florestal Brasileiro. Isso traz um transtorno sério não só para o grande nem para o médio, mas também para o pequeno produtor.

Ontem mesmo, aqui – fazendo uma observação –, foi aprovada uma medida provisória dizendo que o Governo quer criar a Bolsa Verde, para dar, de três em três meses, R\$300,00, ou seja, a cada três meses, R\$300,00. Eu, particularmente, como brasileiro, defendo este País, porque acredito nele e entendo que a sociedade, sobretudo o pequeno cidadão brasileiro, não está buscando Bolsa Família, não quer sacolão. Ele quer o quê? Direito de trabalhar, de produzir. É vergonhoso quando o Governo fala: “Olha, de três em três meses, nós vamos dar R\$300,00.” Quem quer ser mendigo neste País? Não acredito que nenhum cidadão de bem, um homem que tenha vergonha na cara, queira viver de R\$300,00 de três em três meses. O que, na verdade, nós queremos chama-se oportunidade.

Eu disse e reitero aqui que, por incrível que pareça – estou aqui há quatro anos e pouco; V. Ex^a chegou há pouco tempo, menos de um ano, nesta Casa, Senador Pedro Taques –, este é um dos projetos mais importantes que nós estamos discutindo. O que estamos discutindo não é para hoje, mas para as



futuras gerações do Brasil. Nós estamos mexendo com milhões de vidas do homem da cidade e do homem do campo.

Por isso, quero crer que esta matéria – V. Ex^a disse aqui – não tem que ter fundamentalismo. Nós temos que ter uma clareza do que queremos em nosso País. Nós não podemos ficar, em hipótese alguma, à mercê, muitas vezes, de interferências internacionais. Nada mais é do que eu tenho acompanhado ao longo do tempo aqui: só interferência.

O Governo brasileiro – que me desculpe aqui – tem sido contra o povo brasileiro. Digo isso porque conheço alguns países e estudei, aprofundei-me no assunto da matéria.

Quando você vai à Alemanha, fala-se em Floresta Negra. Você sabe qual é o tamanho dela? São 35 hectares de terra. É comentada no mundo inteiro. Você vai aos países da Europa, não existe APP, não existe coisíssima alguma. O cara nem sabe o que é APP.

Então, neste caso, o primeiro responsável tudo que está acontecendo é o próprio Governo Federal, que não dá segurança.

Concordo com V. Ex^a, Senador Pedro Taques, quando diz que nós temos que respeitar a Constituição. É obrigação de todos nós. Todavia a própria Constituição, muitas vezes, tem atropelado o cidadão brasileiro. É de se questionar. Nós temos que fazer uma revisão na própria Constituição Federal o mais urgentemente possível para sanear algumas dúvidas de interpretação jurídica que há na própria Constituição Federal.

Eu acho, Senador Mozarildo Cavalcanti, que este evento promovido por V. Ex^a, com a participação do Presidente do Parlamento Amazônico, ela tem que ter uma participação mais efetiva, sobretudo na medida em que essa vasta região do Brasil tem sido penalizada.

Há pouco tempo, nós aprovamos uma medida provisória, Senador Pedro Taques, dando a faculdade, a liberdade, a prerrogativa para o MDA e o Incra titularem 63 milhões de hectares de terras na Região Amazônica do Brasil. Até agora não andou coisíssima alguma. Deu recursos e instrumentos, mecanismos suficientes para buscar, porque um dos maiores e graves problemas daqui, Deputados, foi, na verdade, o próprio Governo que criou.

Mato Grosso tem 500 assentamentos. Dos 500 assentamentos, 490 não tiveram acesso ao documento da terra. Isso tem penalizado. E agora passaram a ser também tratados como bandidos. Na medida em que ele não tem LAU, não tem GEO, não tem acesso ao crédito do banco. A agricultura familiar não recebe lá o Pronaf, que está inviabilizado. Então passaram a ser bolsões de miséria. Estive visitando alguns assentamentos lá e me tocou profundamente o coração, Senador, ver essa gente vivendo lá em condições sub-humanas: sem estrada, sem escola, sem saúde, sem educação, sem coisa alguma.



Essa é a política do Governo Federal. Nós temos que mudar. E temos que ser donos do nosso nariz. É inconcebível que num país como este, Senador Mozarildo, ainda haja milhares, milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria diante da falta de políticas públicas que realmente satisfaçam para que possamos tirar essas pessoas e dar-lhes cidadania. Mas não é a visão que o Governo tem, muito pelo contrário.

O Governo agora vem, manda este Código Florestal, está protelando. Por sinal, eu faço uma crítica ao Presidente dessa Comissão. Já houve mais de 100 audiências públicas na Comissão Especial lá da Câmara, liderada pelo Deputado Aldo Rebelo, e aqui já foram mais de 30. Se correr da forma como está indo, a passos de cágado, nós não vamos aprovar o Código Florestal este ano. Vai remeter para o ano que vem. E eu não sei aonde vai parar.

Dessa maneira, enquanto estamos discutindo aqui, já ouvimos as grandes academias, Embrapa, etc. Eu quero crer que nós temos que finalizar.

Há poucos dias, ouvi uma denúncia do Senador Acir Gurgacz em relação à política do Ibama praticada no seu Estado de Rondônia: cidadãos recebendo multas de três milhões, quatro milhões, e eles não têm 400 reais no bolso.

Então eu acho que chega o momento de nós darmos um basta. E o Senado Federal tem essa missão nobre. Nós temos que ter a coragem de fazer o enfrentamento e votar aquilo que é bom para o povo brasileiro.

É claro e evidente que ninguém aqui defende o marginal, aquele cidadão que não tem compromisso com a natureza. Nós queremos o quê? Nós queremos compatibilizar o desenvolvimento com a preservação, mas nunca perdendo o homem de vista. Ele é o produto do meio e é ele que tem de ser respeitado.

A sensação que eu tenho – às vezes eu fico até indignado – é a de impotência de um Senador quando pensa que as coisas poderiam ser realmente mais claras, sobretudo respeitando aqueles que produzem e constroem a grandeza brasileira.

O Brasil, Deputados, é o País que mais respeita os povos indígenas. Temos 120 milhões de hectares de terra à disposição dos povos indígenas. Temos, ainda, quase 60% do nosso território com cobertura vegetal.

Se o Brasil for exigir, de fato, de outros países o que nosso País já pratica do Código Florestal, não contrariamos nada deles, porque eles não têm condições de oferecer nada em contrapartida. Mentira! A Europa, os Estados Unidos já desmataram tudo. Agora, é inconcebível viver nessa insegurança jurídica.

Queremos que esse Código Florestal retrate, espelhe realmente o sentimento e, sobretudo, dê garantia ao cidadão brasileiro, ao trabalhador brasileiro, ao homem do campo.



A matéria que se discute aqui já foi debatida. Estamos chegando à reta final e temos que votá-la, mas acho, sobretudo, que o Parlamento Amazônico tem um papel preponderante.

Se não me engano, esta é a primeira vez que vocês estão aqui. Vocês têm de elencar, formalizar um documento. A nossa voz e a voz dos senhores, que são os legítimos representantes do povo dos seus Estados nas Assembleias Legislativas, têm de prevalecer. Tem de ocorrer alguma ressonância aqui, porque não é esse simples debate aqui nesta Comissão que deve prevalecer. Vocês devem fazer um grande movimento. Entendo que deva ser um movimento cívico em defesa dos interesses da população de seus, de nossos Estados.

Falar que vocês são da região Amazônia, mas o Senador Jonas Pinheiro tinha um projeto aqui nesta Casa, meu caro Senador Pedro Taques, em que tentava retirar o Mato Grosso da região Amazônia. O que ganhamos até hoje? Nada! Na década de 70, ainda havia incentivos fiscais da Sudam. De lá para cá, ganhamos porrada, ou seja, todos os dias acontecem fatos que nos deixam estarrecidos pela nossa impotência.

Hoje, de fato e de direito, ninguém sabe a quem atendemos: se à Sema, que é a Secretaria, ou se ao Ibama. Muitas vezes, o próprio Ministério Público bate duro. Mas pergunto a V. Ex^a, que é homem de lá, mas é sensato, que segurança temos? A quem devemos nos dirigir? Hoje, não sabemos.

Desta feita, Senador Mozarildo, queremos cumprimentar V. Ex^a e pedir ao Mecias, que é o Presidente, para identificar e trazer para esta Casa. Este momento é ímpar e é imperativo que nos tragam realmente e formulem.

Eu, particularmente, acho que os Estados têm competência. Conversando com os Senador Eduardo Braga, ele acha que os Estados muitas vezes não têm pessoas competentes. Eu penso, Pedro Taques, que não há nada melhor que os próprios Estados façam sua política. O Brasil é um País de dimensão continental. Em Mato Grosso mesmo, lá temos a questão do Pantanal, que aqui não foi discutida. As macegas - V. Ex^a sabe disso - , na época da seca, entram em combustão e incendeiam tudo. Ninguém põe fogo. Muito pelo contrário, aquilo vira realmente, depois de 3, 4 anos. Antes o pantaneiro sempre queimava as suas macegas. Hoje é proibido. Entretanto, de vez em quando ocorre um incêndio e 200, 300 mil hectares são queimados, porque não foi definida uma política, e o pantaneiro fica empobrecido, porque ele está inviabilizado. Como ele fazia? Ele queimava a macega e, na época das águas, ele colocasse seu gado. Hoje, não. Mas esse setor, eu quero crer, não foi ouvido ainda aqui.

É muito fácil fazer política de gabinetes, aqui em Brasília, de ar refrigerado, de pessoas que não conhecem a região Centro-Oeste, não conhecem a nossa região Amazônica, e são essas as pessoas que querem ditar as nossas regras, penalizando.



Ninguém é a favor – é bom que se esclareça – de nenhum devastador. Criminosos? Prendam. Ponham na cadeia. O que queremos é uma política justa.

Fui governador do meu Estado de 1991 a 1995. Recordo muito bem que estive na Presidência da República, conversando com Eliezer Batista – naquela oportunidade ele era Secretário Estratégico da Presidência da República –, um homem de visão. Discutimos quase uma geopolítica diante do enfrentamento de algo que ele via, já à frente, em relação, lamentavelmente, à questão das políticas sociais. Toda família brasileira hoje está vivendo um problema de ordem social muito grande. Há uma degradação do tecido social da família brasileira. Ele me dizia: “Governador Jayme Campos, resta-nos uma saída para a nossa grande concentração na Região Sudeste do Brasil.” São Paulo já havia avançado a sua população, o Rio de Janeiro etc. Ele já tinha uma preocupação. “Só existe uma possibilidade para desconcentrarmos, naturalmente, esse peso da carga social que virá no futuro, que é ocuparmos a Região Centro-Oeste e a região Amazônica, no Brasil, que têm terras em abundância, terras férteis, clima apropriado etc.” Eu falei: “Olha, não é fácil, depende do gerenciamento do governo federal.”

E eu quero crer, Senador Pedro Taques, que se, de fato, o Governo Federal tivesse ouvido a sua sugestão, desconcentrando essa população – porque a nossa população não era muito rarefeita, vamos ser honestos aqui – ocupando, talvez não teríamos hoje esse índice de violência tão grande, que está assustando do Brasil e toda a sociedade brasileira.

Concluindo a minha participação, eu quero, nesta oportunidade, dizer que, quando se discute o Código Florestal, nós temos que fazer com que seja respeitado em segurança jurídica, sobretudo quando o Bráulio disse aqui da relação de nós termos 50% garantidos através do próprio Código Florestal. Para se ter uma noção, Senador Pedro Taques, V. Ex^a sabe, há pessoas que têm averbado na sua escritura pública, quando comprou, que poderiam derrubar 50%. Feito isso, vem uma medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso – uma medida provisória – que proibiu, ou seja, o cidadão perdeu aquilo que tinha. Muitas vezes até tentou preservar, até mesmo por condições financeiras não tinha condições de fazer o seu desmatamento, mas hoje ele perdeu. Inviabilizou a sua propriedade diante do quê? De uma medida provisória que está há 14 anos no limbo na Câmara Federal, mas não tiveram a coragem de aprovar.

O que precisamos é, de fato, ter a consciência e, sobretudo, ter a coragem, o espírito democrático e de altivez para nós propiciarmos leis que realmente possam atender o cidadão brasileiro, não interesses internacionais.

O Brasil é muito competitivo, sabiam? Mato Grosso é um exemplo. Nós trazemos soja a 1.600 quilômetros do norte do Estado, ao longo da BR-163,



vamos para o Porto de Paranaguá ou vamos para o Porto de Santos, exportamos e somos competitivos com os americanos lá fora.

E no Brasil há um contraditório grande. Para vocês terem noção, estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos. Somos, contudo, um país que hoje tem todas as condições de produzir para não só atender a nossa demanda, mas, sobretudo, para exportar.

Um exemplo só, Senador Pedro Taques, e V. Ex^a sabe. O Governo Federal, de forma desrespeitosa, baixou um decreto inviabilizando o plantio de cana na bacia do Alto Paraguai. Temos lá um potencial fantástico. Por incrível que pareça, nós tínhamos ali algo parecido, Mecias, já de três ou quatro usinas produzindo há 20, 30 anos. Todavia, agora, disseram que nós não podíamos mais plantar. Essas áreas foram inutilizadas há 200 anos, porque eram áreas no ciclo do diamante – V. Ex^a sabe disso perfeitamente – e agora foram inviabilizadas por um simples decreto do Governo Federal. São áreas abertas já. Não desmatamos um pé de mato. Muito pelo contrário, nós fomos produzir em cima de áreas degradadas, que iam nos possibilitar o quê? Produzir, gerar empregos e impostos para o governo.

Então, concluindo aqui, cumprimento os senhores e faço este apelo para que o Parlamento participe de forma mais efetiva. Não sei quais são os instrumentos, ferramentas que estão buscando, mas os senhores têm que ter uma participação efetiva nesse grande debate, que é um debate nacional, um debate também de soberania nacional.

Meu caro e valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a é um defensor intransigente, grande brasileiro. Tem peito, tem coragem, vem aqui e fala, porque há muitos que jogam para plateia. Ficam aqui só aparecendo em televisão. O Senador Mozarildo é um homem que tem suas convicções. É um homem a quem respeito e por quem tenho a maior, diante da sua coragem de falar aquilo que de fato representa o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Jayme Campos, tanto no que tange à questão que estamos aqui debatendo, o Código Florestal, mostrando realmente as incoerências existentes na legislação atual, como também as palavras dirigidas a minha pessoa.

Eu quero aqui também registrar a presença do Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Pará. Já registrei a presença do Deputado Freire Júnior, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins. Quero, assim como tiveram oportunidade de falar deputados de Rondônia e do Mato Grosso, ouvir o Deputado Freire Júnior, que chegou primeiro, e depois, o Deputado Manoel Pioneiro.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, e devo, antes de qualquer



outra palavra, pedir minhas escusas pelo atraso. Chegando ontem, ainda, de Palmas, agora, pela manhã, fui convocado pelo governador para outra reunião e acabei atrasando a minha chegada aqui, o que não era da minha intenção, muito menos da minha vontade.

Mas quero, Deputado Mecias, nobre Presidente, parabenizá-lo, não só por essa iniciativa, mas pelo trabalho que, paulatinamente, ao longo do tempo, vem sendo feito por V. Ex^a no sentido de fortalecer as instituições do Parlamento Amazônico e da região Amazônica, Presidente, Senador Mozarildo.

Nós vivemos uma realidade – e eu ouvi aqui a fala do Senador Pedro Taques e ouvi a fala do Senador Jayme Campos, ambos da região Amazônica, ambos profundos convededores da nossa dura, triste, inaceitável realidade – de insegurança jurídica, a ponto de um decreto proibir plantio de cana-de-açúcar já replantada. Há a insegurança ou a incerteza da aprovação, ou não, do Código Florestal. Há também um elenco de normas, de instruções, de portarias, enfim, normativas de toda natureza, a ponto de não se saber quem vai atuar: se a Secretaria do Meio Ambiente, no caso a Sema, no Estado do Mato Grosso, ou, no caso do Tocantins, o Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, órgãos que zelam do meio ambiente nos Estados, e penso que nos outros Estados também. Não sabemos se é o Ibama ou se é o Naturatins. Há uma superposição de funções e atribuições, que são nefastas não só pela falta ou pela impossibilidade de uma ação mais efetiva dos órgãos e pela insegurança jurídica, repito, que isso traz.

Portanto, é imprescindível e é necessário que nós possamos, com essas ações que estamos aqui desenvolvendo, avançar no sentido de forçar o Senado Federal a aprovar o Código Florestal na forma em que foi aprovado na Câmara e veio para esta Casa. Não é possível mais que não estejam sensibilizados os membros desta Casa, membros do Senado Federal, para essa realidade, que não só traz prejuízos para a Região Norte, a região Amazônica do País, mas para o Brasil de forma geral.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo, Deputado Mecias, por essas iniciativas e reiterar o nosso apoio, a nossa disposição de envidar todos os esforços para que nós possamos alcançar o sucesso nessa empreitada.

Parabéns a V. Ex^a! Parabéns, Senador Mozarildo Cavalcanti!

E já registro a nossa gratidão, o nosso reconhecimento pelo apoio que V. Ex^a tem dado a esta causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao Senador Reditario Cassol, eu queria só, Senador, se o senhor permitir, sugerir ouvir o deputado Presidente da Assembleia do Pará, até porque pode ser que ele diga alguma coisa que V. Ex^a queira complementar. Vamos ouvir, então, o Presidente da Assembleia do Pará e, em seguida, V. Ex^a.



O SR. REDITARIO CASSOL (PP – RO) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, demais Senadores, autoridades que compõem a Mesa, deputados que estão aqui representando os Estados e todos os presentes.

Para mim é uma grande satisfação, sem dúvida nenhuma, encontrar aqui novamente nos debates que já tenho acompanhado o Presidente Acir Gurgacz.

O Código Florestal, aliado com a agricultura, porque um depende do outro, é importantíssimo nós apressarmos realmente para aprovação. Quanto mais urgente, melhor, para acabar com este abuso que nós temos aí em certos setores.

O Senador que falou recentemente, antes do ilustre, tratou sobre multas que o Ibama tem aplicado aos agricultores. Não é só o Ibama. Esta semana que passou houve reclamações em Rondônia da parte do Ministério Público.

Acho que isso não pode jamais continuar, porque, se houve erros anteriores, a maioria dos erros era dos próprios governantes. Tinha que derrubar para não perder o lote. Se não era derrubada determinada quantidade do lote, não liberava a escritura, o título, que era através do Incra. Não vamos dizer que não houve erros a mais, mas para tudo tem meios para recuperar aquela mata que foi destruída, sem dúvida nenhuma, fazendo reflorestamento ou com a própria natureza.

Se é para o Ministério Público e o Ibama continuarem com essas perseguições ao nosso agricultor, principalmente aos pequenos pecuaristas, a primeira notificação, a primeira multa que deveria ser aplicada, o ilustre deputado estadual que está aqui presente, como de outro Estado, como deputados com certeza também houve o mesmo regime. Quando estávamos morando em Santa Catarina, meu finado pai mexia com pequena madeireira, lá tínhamos que plantar ou pagar. Era o Instituto Nacional do Pinho. Em 1977 mudamos para Rondônia e em 1980 começamos com madeireira lá.

Lá, a história foi diferente. Foi extinto o Instituto Nacional do Pinho, entrou outro e depois criaram o Ibama. O Ibama cobrava a reposição florestal. Nós pagávamos e estamos pagando hoje a reposição florestal. Falei aqui nesta Casa anteriormente. O Ibama cobrava de todos os madeireiros a reposição florestal. Santa Catarina, que tinha que plantar ou pagar para plantar, há dois anos me surpreendeu. Quando fui visitar minha terra natal, duas grandes madeireiras naquele distrito, com imenso número de funcionários, serrando madeira do reflorestamento. Vejam bem, em Rondônia, não tivemos esse prazer. Por que o IBAMA não fez a reposição?

Volto a falar aquilo que falei, e é bom que o ilustre Deputado leve ao conhecimento da nossa população, principalmente à Assembleia Legislativa, da qual fez parte por quatro anos, tendo sido 1º Secretário, onde foi autor da criação de 17 municípios no Estado de Rondônia: Ilustre Deputado, se vocês,



Deputados da Assembleia Legislativa, descobrirem onde é que o Ibama fez o reflorestamento daquilo que ele cobrava, que cobrou todo esse tempo, eu dou um jeito de pagar, por cada pé de árvore, uma Mercedes importada, porque houve um erro muito grande do Ibama, que não plantou, até hoje não descobri onde o Ibama plantou um pé de árvore. Está ali notificando esse ou aquele, perseguindo os madeireiros que tiram o pau já seco, derrubado. Tem madeira presa ao longo dessa rodovia. Não é, Deputado? Foi presa. Está na Polícia Federal a madeira apodrecendo, nas cidades, e assim afora.

Vejam bem como são as coisas, sendo o erro maior, em primeiro lugar, dos nossos governantes. Temos de apressar a aprovação disso. Como diz o ditado do gaúcho, “botar as cartas na mesa” e fazer, mas não somente nós, agricultores, de que faço parte. Criei-me na roça, também na pecuária, eu me incluo entre eles, como a maioria dos Senadores, que são pecuaristas ou agricultores. Vejam bem, é preciso passar a responsabilidade também aos nossos governantes para que eles a cumpram, porque o Governo anterior não cumpriu, o Ibama não cumpriu, de forma nenhuma. Eu não condeno esse que está aí, porque é coisa anterior a ele.

Então, está na hora de dizer um basta para essas notificações, que eles aguardem a aprovação, primeiro, do Senado e da Câmara, para a decisão definitiva sobre o Código Florestal, em acordo entre a agricultura e a parte ambiental, a pecuária, porque tudo faz parte. Sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, é importante a mata ciliar. É importantíssima!

Fiz um movimento há dez anos. Às custas da empresa Cassol, nós levantamos no Estado toda a situação dos rios, fizemos um projeto e entregamos para a Secretaria de Meio Ambiente. O Estado deu início ao trabalho na ocasião. Ao Ibama também, da mesma forma, entregamos e nem bola ele deu, não se importou em se aliar, se irmanar, fazer um trabalho pelo menos de conquistar os proprietários, pelo menos de afastar do leito do rio, das nascentes, afastar das lavouras, do leito dos riachos afora. E nada, eles nem quiseram falar, só pensam em notificar, esqueceram dos erros que eles cometaram.

Então, Sr. Presidente, nobres Senadores, companheiros desta Casa, vamos nos aliar, vamos apressar a aprovação, sempre pensando como os ilustres estão preocupados, principalmente o companheiro que andou em muitas caminhadas, o Senador Acir, de Rondônia. Vejam bem! Na preocupação, na defesa de nosso agricultor – principalmente ao pequeno pecuarista. É isso o que nós precisamos. É importantíssimo (é importantíssimo) mata! Claro que precisa! Mas em primeiro lugar é a água que nós temos de salvar. Isso é o que é mais importante. Agora, não adianta fazer o pequeno agricultor, que tem Estado em que o agricultor tem 10 hectares, ter que abandonar o eito de sua pequena laboria para fazer florestamento. Eu acho que não há necessidade disso com os pequenos, de forma nenhuma.



Então, isso é importantíssimo que nós, realmente irmanados, não nos apressarmos muito rapidamente. E puxar a orelha também dos governantes que não passam a cumprir com suas obrigações, como o caso do Ibama. Portanto, é o caso, ilustre Deputado, de nós pensarmos muito: aonde foi esse dinheiro que o Ibama arrecadou para a reposição florestal. Acho que esta Casa, ilustre Presidente, nós teríamos, principalmente por iniciativa de V. Ex^a, requerer a prestação de conta de onde eles fizeram esse reflorestamento, o que eles fizeram com esse dinheiro? Porque o que era destinado à reposição florestal deveria ter sido pelo menos uma parte de reposição florestal.

Portanto, eu agradeço de coração a mente para este amor que os ilustres estão tendo para realmente nós resolvemos o Código Florestal dentro daquilo que não venha a prejudicar principalmente os pequenos, de forma nenhuma. É claro que é necessário. Muito importante, sem dúvida nenhuma! Mas nós não podemos deixar prejudicar aqueles que trabalharam com sacrifício, estão produzindo e cometem um erro porque era mandado pelos próprios governantes, pelo próprio Governo Federal.

Meu abraço, minha consideração, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Reditario Cassol, por suas colocações. V. Ex^a tem toda razão: nós precisamos buscar... Onde foi parar aquele dinheiro que o Ibama recolheu ao longo de muitos anos para o reflorestamento e tal...

Nós vamos, junto com V. Ex^a, fazer um requerimento ao Ibama, que ele venha aqui prestar conta do que foi feito. Me alio a V. Ex^a para que a gente faça um requerimento convidando o Ibama para das as explicações necessárias. De repente, ele até ganha essa Mercedes que o senhor está colocando. Vai que a gente consegue essa Mercedes... Não sei, eu estou na fila aí da...

Brincadeiras à parte, para deixar nossa audiência mais tranquila, vamos, sim, junto com V. Ex^a fazer o requerimento. Peço que nossa assessoria faça o requerimento e convidemos o Ibama aqui para falar, especificamente, sobre o que foi feito com aquele dinheiro que foi arrecadado através dos madeireiros, dos produtores que fizeram o desmatamento, utilizaram as madeiras, recolheram aquelas taxas – e não sabemos aonde foi. Plantado não foi! Isso nós sabemos.

Muito obrigado, Senador Cassol, por sua colocação. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Passo a palavra agora ao Deputado Freire Júnior... Já falou? Ah, sim... Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não.



O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Já tinha falado, mas V. Ex^a me chamou novamente e vou aproveitar a deixa, até para poder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O importante é o debate.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Um debate aberto e franco para poder colaborar com as colocações feitas pelo nobre Senador que me antecedeu. Eu entendo, Sr. Presidente, que essa questão de fazer um requerimento ao Ibama para ver onde... Acho que essa é uma questão acessória dentro do processo de urgência – e de que precisamos – para que se vote o Código Florestal. Essa pode ser uma ação – e até deve ser – uma ação paralela, mas com a prioridade, com o foco. Nós não podemos perder o foco sob pena de nossos esforços se diluírem nesse processo que, para nós, é fundamental. Eu não estou, nobre Senador, discordando de V. Ex^a. Eu entendo que é preciso. Mas pode e deve ser feito esse tipo de requerimento, volto a repetir, como uma questão secundária, acessória. Porque, se V. Ex^a puder juntar o esforço que vai despender para fazer o requerimento, junte esse esforço para fazer com que a Casa, o Senado Federal, se sensibilize para votar, para provocar o Presidente da Casa, os líderes partidários para colocar na pauta o que é que nós queremos de fato. Entende, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem... Obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Penso que se nós alcançarmos este objetivo: centrar o foco, envidar todos os esforços, juntar – não só os Parlamentos – os Poderes Judiciários, os Ministérios Públicos Estaduais, os Governos Estaduais, sensibilizar toda a sociedade, não só da região norte, da região amazônica, mas até mesmo das demais regiões, que isso é fundamental para todos, não é só para o Parlamento, não é só para a região amazônica – é para o Brasil!

Nós não podemos continuar desgastando e gastando ações na justiça... Enfim, essa insegurança jurídica não pode perdurar. O Deputado Aldo Rebello fez um grande trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – É preciso... Apenas era essa colocação, Sr. Presidente, no sentido de nós, mais uma vez, focarmos a grande questão que é a votação do Código Florestal. Obrigado, por V. Ex^a ter me concedido esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deputado Freire, nós estamos concentrados na aprovação do Código Florestal – todos os Senadores.

Nós estivemos anteontem à noite em uma reunião com a Ministra Ideli, Ministra Izabella, Ministro da Agricultura, Ministro Afonso do MDA, os



Presidentes das três Comissões, os dois relatores traçamos um cronograma para se aprovar o Código Florestal no menor tempo possível.

Nós aqui estamos fazendo todo esforço possível para aprovar, o mais rápido, o Código Florestal Brasileiro, a ponto de termos audiências públicas, somente em conjunto, entre as Comissões que estão discutindo este tema: Agricultura, Meio Ambiente, Constituição e Justiça. Vamos para a votação também em conjunto. Estamos vendo a parte legal de como fazê-lo. Se aprovarmos um requerimento, Senador Mozarildo, para votarmos em uma votação única, a equipe jurídica está analisando se é possível, se não vamos estar todos os Presidentes em uma mesma sala, com todos os Senadores relativos às Comissões, e fazer três votações simultâneas. Mas vamos fazê-la no mesmo dia... Tudo isso na concentração de aprovarmos o Código Florestal Brasileiro. Portanto, o requerimento que o Deputado Reditario sugere não anulará e não terá o menor atrapalho para a votação do Código Florestal Brasileiro. O que nós não podemos é parar o País, ou qualquer outra função, por causa do Código Florestal.

Nós estamos dando a celeridade que o Código Florestal exige, não só para nós amazônicas, mas para o Brasil inteiro. Esse esforço, eu não posso negar, está acontecendo aqui por parte, principalmente de nossos Relatores: Luiz Henrique e Jorge Viana. Estão se empenhando ao máximo! Fazem reuniões de manhã, de tarde, à noite, de madrugada. Já fizemos reuniões, quatro ou cinco reuniões por dia, buscando o entendimento. O que nós não queremos...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento de que V. Ex^a, por passar dias em reuniões e audiências públicas, ficaram sem almoçar para não perder a hora. Sem almoçar! Passaram naquele dia... Foi numa sexta-feira, não me recordo o dia, lá em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sexta-feira em Santa Catarina e depois em Vilhena também.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Justamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, o esforço é muito grande dos nossos relatores e dos demais presentes: Rodrigo Rolemberg, Senador Eduardo Braga... Enfim, todos nós pensamos aqui Código Florestal 24 horas por dia, só para justificar.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Pioneiro, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

V. Ex^a tem cinco minutos para as suas colocações.

Muito obrigado.

O SR. MANOEL PIONEIRO (PSDB – PA) – Eu consigo, Senador, porque sou muito prático e, às vezes, até breve.



Em primeiro lugar, cumprimentar aqui o nosso Senador Mozarildo, que estava presidindo até ainda há pouco, o Senador Acir, meu caro Deputado Mecias, Presidente do nosso Parlamento amazônico, meu caro Tchê, Presidente da Unale, a quem agradeço o convite de estarmos fazendo parte desse momento aqui.

Meus caros Senadores, meus caros Deputados, o problema da Amazônia é muito sério. Nós temos a Constituição Federal que nos permite e dá condições aos Estados, meus caros Senadores, para que também possam participar e decidir sobre os seus Municípios, sobre o seu território.

Nós, no Estado do Pará, temos 1 milhão 250 mil metros quadrados de terras e hoje estamos vendo o Estado do Pará na iminência de ser dividido em três Estados. Mas isso caberá à população, no dia 11 de dezembro. Isso não é só discurso, mas são problemas sérios que eu vou mostrar a diferenciação entre uma área, uma região e outra.

E quero dizer aqui que, enquanto nós não tivermos, como já foi feito no Estado do Pará, o código econômico ecológico por região, em cada Estado, nós vamos continuar pecando, brigando, lutando. A Amazônia ficará decidido que terá 80% da sua área de preservação territorial de mata.

Como é que nós vamos fazer numa região no Estado do Pará, por exemplo, chamada nordeste paraense que já tem mais de 200 anos? Essa região foi desmatada. Hoje é área antropizada, diferentemente do sul do Pará, onde, desde 1970, foi convocado pelo Governo Federal, através da Voz do Brasil, que já não se ouve quase, todo o povo do Brasil para que fosse habitar aquela região, para que fosse para ali fazer as suas derrubadas, como foi o caso do meu pai, meus tios, vários pessoas que hoje já estão com seus 80, 85 anos de idade, que não sabem mais o que fazer, foram para cuidar de boi, por exemplo. Incentivados a derrubar 50% da terra, caso contrário não teriam a documentação dessas terras.

Hoje, essas mesmas terras, que podem estar com 50%, 60% de derrubada, serão obrigadas a serem reflorestadas. Enquanto nós temos, no nordeste paraense, como disse ainda há pouco, uma área que já tem mais de 200 anos que está antropizada.

Eu só vejo uma solução nisso tudo: é a Constituição Federal, continuando dando permissão a que seus governadores possam, em cada Estado, ter a decisão de fazer o seu próprio código econômico ecológico. Assim, nós passaremos a ter decisões tomadas, onde o Estado do Pará hoje, que tem de 64% a 74% de área preservada e é tido como um dos Estados mais devastadores. Por incrível que pareça, é o Estado que só aparece na imprensa por coisas ruins. Dificilmente, nós estamos ouvindo falar no Estado do Pará.

Há poucos dias, estive andando com o governador do Pará e com o governador do Mato Grosso, numa caravana, percorrendo a Santarém-Cuiabá. Andamos pela BR-163 e estávamos vendo a situação do Mato Grosso, que



precisa exportar os seus grãos. Esses grãos poderão ser transportados, pura e simplesmente, pelos portos que temos em Santarém e também num Município chamado Itaituba, Municípios esses territorialmente grandes.

E nós não estamos vendo outra saída. Nós estamos vendo hoje Mato Grosso ter que transportar o seu produto, saindo de lá, chegando até Santos e voltando pela mesma região, fazendo o mesmo percurso. Isso tudo para demonstrar o que nós temos de desenvolvimento naquelas regiões.

O oeste do Pará nós já votamos na assembleia o código econômico ecológico, para que pudesse ter aquela região uma decisão, uma definição. Foi feito. Mas precisamos para as outras regiões. Não adiantou porque o Código Florestal, que deve ser votado nacionalmente, está emperrado. Enquanto não tivermos a decisão de que já passou na Câmara dos Deputados... Agora nós acreditamos, Senador Acir, que podemos ter o apoio de V. Ex^{as} para que possamos ter um mínimo de sensibilidade porque em cada região o caso é diferente. É diferente caso a caso. Não existem, hoje, Municípios... No Estado do Pará, por exemplo, temos Municípios que estão praticamente em zero, assim como temos as regiões metropolitanas, onde também não estamos vendo a briga, a luta, para segurar a proteção do pouco verde que ainda existe. Vemos construções já saindo da zona rural e entrando na urbana. Vemos as poucas áreas verdes serem transformadas em condomínios.

Agora nos voltamos para o produtor. O produtor que coloca o feijão, o arroz, os grãos na nossa mesa, é tido como bandido, como desmatador. outrora era herói, outrora era o homem que veio para salvar o País, para proteger a Amazônia, para proteger as áreas que nós temos de fronteiras. Hoje, essa mesma população, esses mesmos senhores que outrora eram desbravadores, virarem pura e simplesmente desmatadores e são perseguidos.

Tivemos no Pará, também, assim como em toda a Amazônia, aquela ação Arco de Fogo. Essa mesma ação Arco de Fogo, que tivemos no Pará, atingiu vários Municípios de outros Estados. Nós vimos um Município, no Estado do Pará, se soerguer. É um Município que colocou fogo no Incra, que colocou fogo em máquinas. A população se revoltou. Lá estiveram o Ibama, a Polícia Federal e vários órgãos do Governo Federal. Foi o Município de Paragominas. Esse Município, hoje, tem desmatamento zero. Esse Município, hoje, saiu de uma zona de desmatamento e é um exemplo de como se refloresta.

Hoje, quando se fala em reflorestamento, quando você quer fazer um reflorestamento para desmatar em seguida... Não é preciso tirar um pau novo – e vamos deixar bem claro, Mozarildo. Não é preciso desmatar nada. A mata virgem não precisa ser tocada. O que nós temos já serve. Mas, quando você quer tirar uma licença ambiental para fazer um reflorestamento para Paricá, para qualquer madeira no Estado do Pará, essa licença ambiental leva, no mínimo, quase dois anos. Como vamos resolver uma situação como essa?



Temos outros problemas que também devem ser resolvidos nesse novo Código Florestal. Temos áreas dominadas pelo Incra e outras que são dominadas pelo Iterpa – Instituto de Terras do Estado do Pará. Um não pode dar o título definitivo; o outro também não. Começamos a ter problemas. O produtor já está há 20, 30 anos, naquela área e passa a ser grileiro.

São coisas desse tipo que, acho, temos de estudar muito.

Esse nosso tempo é muito curto e cheguei atrasado. Dizem que quem chega atrasado não tem direito à mesa e nem à fala. Agradeço o tempo que me deram, mas o Pará já foi a terra da borracha, a terra da castanha, já foi um dos maiores exportadores de madeira. Hoje é o quinto na produção de gado, de boi. O Pará, hoje, é o segundo maior produtor de minério, também produz muitos grãos. Está partindo para ser um dos maiores produtores de biodiesel do País. Então, não vejo como não termos a sensibilidade de estudarmos e de fazermos com que o Código Florestal deixe que os Estados decidam e garatam que não teremos, de maneira alguma, o avanço na floresta virgem.

Portanto, caro Senador, muito obrigado pelo aparte. Agradeço a oportunidade aos Senhores. Quero juntar-me a todos os deputados estaduais, federais e senadores para que possamos fazer um Código Florestal justo para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

Para as considerações finais, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador Acir, Senador Mozarildo, Senado Cassol, caros colegas, quero dizer da alegria de estar aqui e dizer muito obrigado pela oportunidade que os senhores nos concederam, concederam às Assembleias da Amazônia, ao Parlamento Amazônico, à Unale de falar aqui hoje sobre as nossas questões.

Nós estamos encaminhando – como já pediu o Senador Jayme Campos, a quem parabenizo pelas palavras aqui e agradeço – a todos os senadores, ao gabinete de V. Ex^{as}s as propostas do Parlamento Amazônico, das Assembleias da Amazônia para o Código Florestal. Estará em vossos gabinetes. De antemão, eu também o parabenizo pela ideia, pela emenda que, certamente, resolverá todas essas questões, questões que o Pioneiro falou, que os deputados do Maranhão, de Rondônia, do Tocantins falarão. Sem dúvida nenhuma, sendo aprovada, Senador, essa emenda resolverá os nossos problemas.

Não adianta olhar o fundamentalismo, como disse o Senador Pedro Taques, e esquecer o homem, porque, em alguns momentos, um pássaro, sem dúvida, está valendo mais do que um homem, muito mais. Eu acho que os dois têm seus valores, valores diferentes, valores diferenciados. A vida humana tem que ser preservada. E nós agradecemos e reconhecemos a



luta do Senado Federal através de V. Ex^{as}s para a aprovação do Código Florestal.

O Deputado Aldo Rebelo visitou o Brasil. Conheceu, conversou com deputados estaduais, com vereadores, com produtores rurais em todos esses rincões do País para apresentar aquela proposta. E eu tenho certeza de que ela será melhorada ainda mais aqui, no Senado Federal, para o engrandecimento do Brasil e da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias.

Para as suas considerações, Deputado Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Presidente, na realidade, quero agradecer a oportunidade que a gente vem tendo. Quero já confirmar essa nossa nova reunião, nossa nova audiência com os deputados estaduais do Brasil todo. Faremos uma reunião e a gente entra em contato rapidamente, porque eu acho que é extremamente importante, antes de fechar essa questão do Código Florestal, nós ouvirmos deputados do Brasil todo. Tenho certeza absoluta de que a gente consegue mobilizar isso porque há interesse dos deputados estaduais. É um momento em que os deputados estaduais sempre pleiteiam que a gente acaba virando cabo eleitoral de deputado federal e de senador, mas essa é a grande oportunidade que temos de, juntos, fazer esse trabalho nessa questão do Código Florestal.

Na realidade, a compensação, de que tenho tanto falado, e falo muito do meu Estado, eu tenho certeza absoluta de que pode e deve ser levada em conta porque é um Estado da região Amazônica pobre. Precisamos que aquele nosso homem tenha um prato de comida na sua mesa. Precisamos trabalhar a questão de geração de emprego e renda. E, se o nosso maior patrimônio do Estado do Acre é a floresta, por que nós não temos essa compensação?

Então, fica aqui o meu agradecimento ao Senador Mozarildo, aos deputados estaduais, aos nossos senadores que se encontram aqui neste momento. Tenho certeza de que teremos outra oportunidade para a gente dar nossa contribuição. Quero dizer aos Senadores e Deputados que a Unale está sempre à disposição de todos para a gente enriquecer cada vez mais o nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luis Tchê pela sua presença e pelo seu pronunciamento.

Também cumprimento, mais uma vez, o Senador Mozarildo pela iniciativa de trazer a esta Casa e a nossa Comissão esse debate tão importante. Realmente estava faltando a participação dos Estados através dos nossos



deputados estaduais, que hoje têm a oportunidade de trazer o pensamento, o sentimento de cada Estado, principalmente da nossa Amazônia, que é vista como uma beleza do mundo, o pulmão do mundo, mas, por outro lado, nós, amazônidas, somos vistos como intrusos na Amazônia e nós estamos lá para cuidar da Amazônia. Eu tinha colocado, Deputado Mecias, que, para cuidar da Amazônia, tem que cuidar das pessoas que vivem lá. Somos nós que cuidamos da Amazônia, nós, que cuidamos da preservação da Amazônia. Tenho certeza de que este é o interesse de todos nós, amazônidas.

Portanto, cumprimento o Senador Mozarildo pela iniciativa e pelo belo trabalho que sempre faz em favor do seu Estado de Roraima na Comissão, no plenário, no dia a dia. S. Ex^a nos convoca sempre para estarmos juntos em defesa da nossa Amazônia.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Senador Acir, eu quero agradecer a V. Ex^a e também ao Senador Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente. S. Ex^a passou aqui, mas tinha outro compromisso. O Senador Rollemberg está inclusive inteirado da questão e vai receber esses documentos que serão produzidos pelo Parlamento Amazônico e, espero, também em conjunto, pela Unale.

Inicialmente pedimos uma reunião conjunta com o Ministério de Reforma Agrária e Agricultura, Meio Ambiente, a Subcomissão Permanente da Amazônia, que é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pela Senadora Vanessa. Por quê? Porque realmente o que nós estávamos vendo é que precisava estar mais presente aqui a voz dos deputados estaduais, notadamente da Amazônia e da faixa de fronteira, mas, como disse o nosso Presidente da Unale, de todo o País. Ouvimos a academia, os doutores, ouvimos as instituições científicas, ouvimos os ambientalistas e temos que ouvir, de fato, quem mora lá, quem vive a realidade.

Como disse muito bem o Senador Acir, nós que vivemos na Amazônia somos vistos como intrusos. Aliás, quando retiraram as 400 famílias da reserva Raposa Serra do Sol, o termo usado foi desintrusão das pessoas. Então, aquelas pessoas que foram para lá há mais de dois séculos eram intrusos no País.

De qualquer forma, sinto, Senador Acir, pelo esforço de V. Ex^a, do Senador Rollemberg e dos dois relatores, que estamos caminhando realmente para um consenso. Não é uma tarefa fácil. Vejam que na Câmara foi uma batalha dura, e foi ressaltado aqui o trabalho do Deputado Aldo Rebelo, que é um homem nacionalista, preocupado com as questões das pessoas. Aqui, no Senado, como Casa Revisora, temos que aperfeiçoar qualquer eventual falha. Não podemos ficar, como a história da música, como a “Geni”. Todo mundo atira



pedra em quem vive na Amazônia. Acusam a Amazônia. Aliás, eu li um livro de um célebre escritor que disse que, na Amazônia, existe um conjunto de bandidos: quem queima, quem derruba mata. E como disse o Senador Acir: como pensar em preservar, quando você vê uma pessoa morando na floresta ou tendo um terreno dado até pelo Incra contemplando a árvore e morrendo de fome, vendo a sua família morrer de fome? Então, não é só com essa política de bolsa verde que o Governo Federal vai efetivamente motivar as pessoas a terem consciência de que preserve, mas que também possam produzir. Não pode ter só uma coisa.

Fico muito feliz por ter – o Senador Acir inclusive foi quem liderou a possibilidade dessa reunião, já que as duas Comissões, tanto da Agricultura quanto do Meio Ambiente, estão assoberbadas de reunião, umas atrás das outras – tido a oportunidade de ouvir vocês. Tivemos seis Estados do Brasil representados aqui, coincidentemente todos da Amazônia, mas espero que de fato possamos ter essa contribuição de vocês e poder, portanto, fechar o relatório dos dois relatores e, como disse o Senador Acir, se possível, votar conjuntamente, senão, votar na mesma sala, no mesmo dia.

Muito obrigado a todos.

Fico muito feliz pela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Também agradeço ao Deputado do meu Estado Ribamar Araújo pela presença. Transmite o nosso abraço ao nosso Presidente Valter Araújo pela condução dos trabalhos à frente da Assembleia juntamente com os demais deputados estaduais do meu querido Estado de Rondônia.

Agradeço a presença do Luis Tchê, do Deputado Mecias de Jesus, do Deputado Eri Soares, Deputado Freire Junior, Deputado Manuel Pioneiro, Referências ao nobre Senador Reditário Cassol, que sempre tem nos acompanhado.

Quero dizer que hoje fiquei muito feliz, porque aquilo que vínhamos falando, Senador Mozarildo, não só aqui na Comissão, mas no plenário, todos os Senhores falaram também. Há pouco tempo eu era uma voz solitária com relação a esse assunto aqui, era um desafio falar a favor da Amazônia, Deputado, porque ninguém conhece a Amazônia, além da gente. Com certeza, o Senador Mozarildo sempre nos acompanhou quando falávamos da preocupação com os amazônidas. Não queremos derrubar a Amazônia, derrubar a floresta amazônica, queremos preservar a Amazônia, mas era difícil falar sobre esse assunto aqui no Congresso Nacional, era difícil falar na tribuna sobre esse assunto. Aos poucos nós fomos mostrando. Tenho andado em todo o País levando essa mensagem da Amazônia. Ou cada Estado pegue de volta os seus hoje amazônidas. Temos lá na Amazônia gaúchos, paranaenses, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, maranhenses, cearenses, paraibanos, enfim, o Brasil todo mandou uma parcela de pessoas para ajudar a integrar a Amazônia.



Então, hoje, tenho andado por todo o país levando as informações, buscando apoio para que a nossa Amazônia possa continuar recebendo a nós todos, produzindo naquela região.

Agradeço a todos pela presença aqui e pelo maravilhoso debate que tivemos hoje, junto com o Senador Mozarildo, demais Senadores, Senador Perrella, que acaba de chegar, o Senador Clésio Andrade, que também acaba de chegar. Muito obrigado pela presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.
Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos)